



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUISA MARIA RAMOS DA COSTA

**DA VITIMIZAÇÃO À EMANCIPAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS
GUERRILHEIRAS DAS FARC E DA ROTA PACÍFICA DAS MULHERES NO
PROCESSO DE PAZ COLOMBIANO DE 2010 A 2018.**

São Cristóvão SE

2020

LUISA MARIA RAMOS DA COSTA

**DA VITIMIZAÇÃO À EMANCIPAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS
GUERRILHEIRAS DAS FARC E DA ROTA PACÍFICA DAS MULHERES NO
PROCESSO DE PAZ COLOMBIANO DE 2010 A 2018.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre
Winand.

São Cristóvão SE
2020

1 Este trabalho foi desenvolvido a partir do Projeto Voluntário de Iniciação Científica, PIBIC-VOL, orientado pela Profª Dra. Érica Cristina Alexandre Winand (DRI/UFS). O Projeto foi realizado durante o período de agosto de 2018 a julho de 2019, intitulado “A situação da paz na América do Sul pela ótica das organizações internacionais governamentais e não governamentais: um olhar sobre a consideração da violência estrutural e sobre os fundamentos das políticas públicas internacionais para a Paz”, a aluna escreveu relatório com o subtítulo “Da Vitimização à Emancipação: Mulheres das FARC, Combatentes e Pacificadoras.

TERMO DE APROVAÇÃO

LUISA MARIA RAMOS DA COSTA

DA VITIMIZAÇÃO À EMANCIPAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PAPEL DAS GUERRILHEIRAS DAS FARC E DA ROTA PACÍFICA DAS MULHERES NO PROCESSO DE PAZ COLOMBIANO DE 2010 A 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais como requisito
para obtenção do título Bacharel em Relações
Internacionais.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Érica Cristina Alexandre Winand – Orientadora

Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro

Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos

São Cristóvão, 30 de Setembro de 2020

¿Mi cuerpo? es el más bello territorio que sostiene mi existencia, que resiste hasta el máximo de la exigencia física a lo largo de estos años de confrontación y guerra; que se lastima con las caídas, golpes, raspaduras, heridas, también con el dolor del alma ante pérdidas de vidas, ante la violencia y la ignominia; pero también goza con la esperanza de la paz, con la vida misma y con las emociones por las cosas bellas y sencillas.

¿Mi palabra? procuro que esta corresponda con los hechos, con mi forma de pensar y actuar. Es mi mayor arma para la paz.

Victória Sandino, ex-guerrilheira das FARC.

AGRADECIMENTOS

Existe uma beleza na finalização dos ciclos que é a reflexão sobre o passado, sobre as razões que me trouxeram ao curso de Relações Internacionais, sobre as pessoas que me apoiaram até aqui, onde tive a oportunidade de conhecer realidades tão distantes da minha e de aprender que em meio ao caos é necessário ter um olhar humano sobre as problemáticas sociais.

Sou grata à minha mãe, Penha Rosangela, por me dar os meus primeiros ensinamentos sobre justiça e respeito e pelo carinho diário. Agradeço ao meu pai, Luis Carlos, por me encorajar a percorrer desafios. Sou grata ao meu irmão, Samuel, por nossa história e por ter me dado a minha primeira grande responsabilidade na vida: ser irmã mais velha.

Agradeço ao companheirismo impecável de Raul, que deu toda atenção aos meus desafios durante este ciclo. Agradeço aos colegas de sala, pelas experiências e textos compartilhados, pelas risadas e dramas coletivos. Agradeço especialmente a Pedro, Harlei e Carol pela amizade que construímos e por tornar esta trajetória da graduação mais linda. Agradeço aos professores do departamento, por todos ensinamentos, conversas, correções, e por mostrarem diariamente uma vontade genuína em fazer o melhor para universidade pública.

Sou grata especialmente à professora Érica por me inspirar e dar oportunidades. Agradeço também à minha vó Hildete e às minhas primas e amigas por todo carinho e apoio. O fim da graduação vem acompanhado do futuro, que mais uma vez bate à minha porta e me pede para sonhar outros grandes sonhos e espero realizá-los.

RESUMO

A violência estrutural é uma marca do Estado colombiano que vivencia o embate entre guerrilhas e paramilitares estendido por mais de 50 anos, gerando milhares de vítimas. Além do grande período de duração, o conflito armado colombiano é marcado pela atuação de diversos atores violentos e tentativas falhas de negociação com o maior grupo guerrilheiro: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – (FARC). Foi no ano de 2016 que se deu a assinatura do primeiro Acordo de Paz entre o governo colombiano e as FARC, sendo aquele o primeiro do mundo com foco em gênero, resultado do ativismo desempenhado pelas mulheres, no marco do conflito armado no País. Entre 2010 e 2018, observa-se uma maior participação feminina no processo de paz, representada tanto pelas mulheres guerrilheiras, quanto pela sociedade civil, a exemplo da Rota Pacífica das Mulheres, tradução para Ruta Pacifica. O presente trabalho consiste, metodologicamente, em analisar a construção do protagonismo daquelas mulheres colombianas, a partir de um relato histórico sustentado por testemunhos orais e escritos das mesmas, publicados por organizações não governamentais e observatórios sociais e pelos próprios coletivos femininos, sob o argumento de reverberar a voz feminina na tessitura da história das negociações de paz, enquanto caminho para a *emancipação* – conceito problematizado por Ken Booth, como crítica às discussões tradicionais sobre processos de paz.

Palavras-chave: Mulheres em Processo de Paz; Colômbia; FARC; Rota Pacífica; Emancipação.

RESUMEM

La violencia estructural es parte del estado colombiano que ha experimentado un enfrentamiento entre guerrilleros y paramilitares que se ha extendido por más de 50 años, generando miles de víctimas. Además de la larga duración, el conflicto armado colombiano está marcado por la actuación de varios actores violentos y los intentos fallidos de negociar con el mayor grupo guerrillero: las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-FARC. Fue en 2016 que se firmó el primero Acuerdo de Paz entre el gobierno colombiano y las FARC, siendo el primero en el mundo con enfoque de género, el resultado del activismo realizado por mujeres, en el marco del conflicto armado en el país. De 2010 a 2018, hay una mayor participación femenina en el proceso de paz, representada tanto por las guerrilleras como por la sociedad civil, como la Ruta Pacífica de las Mujeres. El presente trabajo consiste, metodológicamente, en analizar la construcción del protagonismo de esas mujeres colombianas, a partir de un relato histórico respaldado por testimonios orales y escritos de ellas, publicado por organizaciones no gubernamentales y observatorios sociales y por los propios colectivos femeninos, bajo el argumento reverberar la voz femenina en el tejido de la historia de las negociaciones de paz, como un camino hacia la *emancipación*, un concepto problematizado por Ken Booth, como una crítica a las discusiones tradicionales sobre los procesos de paz.

Palavras-chave: Mujeres en Proceso de Paz; Colômbia; FARC; Ruta Pacífica; Emancipación.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1- GÊNERO, SEGURANÇA E PAZ	
1.1 Mulheres Guerrilheiras: A Resistência ao Patriarcado Pela Desconstrução da Relação entre Guerra e Masculinidade.....	8
1.2- Mulheres em Processos de Paz: A Resistência Política e a Participação das Mulheres Nas Negociações de Paz	11
2- AS FARC E AS MULHERES GUERRILHEIRAS POR ELAS MESMAS	
2.1- “Me voy a ser guerrillera”: motivações para o ingresso na guerrilha.....	18
2.2- “Acá es todo por igual”: a vivência das mulheres nas FARC	22
3- CONSTRUÇÃO DE PAZ: DESAFIOS E CONQUISTAS	
3.1- Memória histórica como caminho para a construção de paz	28
3.2- Avaliação prévia da implementação do Acordo de Paz e os dados sobre a violência contra a mulher	31
Considerações Finais.....	37
Referências Bibliográficas	

INTRODUÇÃO

Os Estudos de Segurança Internacional estiveram por muito tempo baseados em abordagens estatocêntricas, ou focado em apenas dois problemas: o da militarização e o da ameaça. Em resposta aos Estudos Estratégicos de Segurança Internacional, que problematizavam questões derivadas da corrida armamentista da Guerra Fria, os Estudos de Pesquisa para a Paz (EPP) surgem com uma visão ampla sobre segurança e sobre a paz, sob um signo mais reflexivista e humanista. À margem dos debates pertencentes aos desdobramentos do debate entre abordagens realistas ou liberais, Johan Galtung (1969) reformula conceitos-chave para os Estudos para a Paz, sendo os principais o de *paz positiva* e a *paz negativa*, substituindo o problema da ausência da guerra ou da ameaça, pela preocupação com a existência da violência.

Em *Violence, Peace and Peace Research*, o autor explica que sob a presença da violência estrutural, mesmo que subtraída a violência direta, observa-se apenas uma paz negativa. Já quando há medidas para redução da violência estrutural e aumento da justiça social, observa-se a busca pela paz positiva. Embora cético em relação à existência da paz e, inclusive, crítico de visões de paz por imposição, seja jurídica ou armada, Galtung apenas acredita que o equilíbrio está no caminho e não no fim, ou seja, na busca da redução da violência estrutural. Naquele momento, porém, Galtung não era ainda conhecido como teórico da segurança. Por isso, a Escola de Copenhague, ao abranger as variáveis presentes nos estudos sobre ameaça, foi considerada o primeiro ponto de partida para chegada a uma abordagem mais humanista e sociológica.

Atualmente, mesmo os autores da Escola de Copenhague reconhecem o papel de Galtung à abertura de novos horizontes. A *Evolução dos Estudos de Segurança Internacional* de Barry Buzan e Lene Hansen ressalta como o conceito de violência estrutural incorporou o problema da desigualdade e das injustiças sociais, perpassando a já polêmica incorporação do indivíduo aos estudos de segurança, ao levá-lo para a coletividade. A exemplo, Galtung opina: “Quando um marido espanca sua esposa, há um caso clássico de violência direta, mas quando um milhão de maridos mantém um milhão de esposas na ignorância, há violência estrutural” (GALTUNG, 1969, p. 171). Ambos casos são importantes, mas quando o problema coletivo não é resolvido, os individuais seguirão

ocorrendo. Em resumo, é preciso agir sobre as bases da violência estrutural para se fomentar uma cultura de paz.

Em *Security and Emancipation*, Ken Booth, representante da Escola Galesa², apresenta a necessidade de se perceber as mudanças do mundo e de desvincular o olhar da segurança pela ótica do estado-nação. Para ele, mais importante do que pensar a segurança do Estado é libertar grupos e indivíduos não apenas da guerra, mas da pobreza e da opressão política que são limitadores da emancipação humana. Com base naquele teórico, Gomes (2017) acredita ser a prática de resistência ou das ações estratégicas de resistência um caminho efetivo para alcançar objetivos emancipatórios de curto, médio e longo prazo.

Assim, o presente trabalho explora, o seguinte argumento: aderindo às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, as mulheres iniciam sua desconexão da estrutura patriarcal da sociedade colombiana, por passar a constituir grupo de resistência a ela, saindo de uma posição de inação política colocada àquela sociedade para com as mulheres. Todavia, não podemos ignorar que se de um lado, a mulher ganha emancipação no que toca a transformação de seu papel político, por outro, dentro da guerrilha ela segue vítima de violência. Nesse sentido, cabe lembrar a defesa de Booth (2007), que ressalta a importância da não reverberação do fatalismo histórico e de predefinições sobre a sociedade, e enxerga na teoria crítica um lugar de transformação que permite a desconstrução dos círculos de violência e da opressão dos grupos de poder.

Em diálogo com a Escola de Frankfurt, Booth acredita que “a segurança passa, necessariamente, pela realização de ações emancipatórias e pelo estabelecimento de redes de comunidade em todos os níveis” (GOMES, 2017, p. 180). Em outras palavras, a segurança só existe perante à liberdade e reciprocidade de direitos, enquanto a liberdade do mundo depende da liberdade dos indivíduos. Tais premissas são criticadas por Chris Brown (2010) que, apesar de elogiar Booth por abordar a problemática da emancipação, adverte para o risco da proposição anárquica do autor, assim, Brown defende que a existência de um Estado ou qualquer instituição política são as bases da emancipação de um povo. No entanto, Booth (1991) não descarta o papel do Estado para emancipação, mas apresenta a

² A Escola Galesa é uma das escolas críticas em Segurança Internacional e possui contribuições teóricas da Escola de Frankfurt, dos Estudos para a Paz, Antônio Gramsci e Robert Cox e “tem a meta de compreender situações sociais de desigualdade, opressão e injustiça não apenas com o intuito de produzir análises, mas também identificar possibilidades concretas de superação dos problemas “ (GOMES, 2005, p.177).

importância dos agentes emancipadores, ainda que em maior ou menor escala, e que podem ser representados por ONGs internacionais e comunidades locais. Booth complementa sua concepção sobre a emancipação em *Theory of World Security*:

[...] Como um discurso da política, a emancipação busca a proteção das pessoas daquelas opressões que os impedem de realizar o que escolheriam livremente fazer, compatível com a liberdade dos outros. Ela fornece uma estrutura tripla para a política: uma ancoragem filosófica para o conhecimento, uma teoria do progresso para sociedade civil e uma prática de resistência contra a opressão. A emancipação é a filosofia, teoria e política de inventar a humanidade (BOOTH, 2007, p. 112, tradução nossa).

Estes aspectos da Teoria Crítica, como uma teoria da mudança, são destacados por Keith Krause (1998) na obra *Critical Theory and Security Studies*. Ali, são apresentados pontos importantes: 1) os principais atores das relações internacionais são socialmente construídos e produtos de um processo histórico amplo; 2) os atores são constituídos e reconstituídos através da prática social; 3) o mundo é mutável e as estruturas não são determinantes; 4) não há um mundo objetivo separado da construção política e social; 5) a teoria se utiliza de uma metodologia interpretativa, não abarca propósitos generalistas, mas sim conhecimento objetivo apropriado. Nesse sentido, nota-se a impossibilidade de um mundo estático, pois as estruturas e identidades são socialmente construídas, o que implica em possibilidade de mudança.

Para o autor, a emancipação traz junto de si uma prática de resistência emancipadora, em que objetivos de emancipação podem ser alcançados através da ação estratégica e tática baseada na crítica constante. Sendo assim, a emancipação pode ser invocada por qualquer grupo que se sinta em uma situação de insegurança, como é o caso das mulheres colombianas no contexto do conflito armado. Assim, observaremos se os relatos das mulheres trazem essa representação da resistência como forma de emancipação.

A teoria crítica de segurança internacional apresenta a importância de pensar para além da “segurança nacional” e propõe uma abordagem para os Estudos de segurança internacional voltada para as experiências de grupos marginalizados nas relações internacionais. Neste ponto a teoria crítica e os estudos de gênero dialogam, pois questionam a rigidez do modelo tradicional de segurança que afasta o pensamento e ação das mulheres nas relações internacionais. A autora feminista Cynthia Enloe (2007) argumenta que a ampliação dos Estudos Críticos em Segurança Internacional foi

fundamental para dar visibilidade às formas de violências contra as mulheres que são mascaradas pelo discurso tradicional de segurança que reproduz uma concepção hegemônica de masculinidade, que acaba por desprezar as experiências das mulheres e as violências sofridas.

Assim, convém questionamento feito por Gaytri Spivak: *Pode o subalterno falar?* a autora critica a própria cumplicidade dos intelectuais em manterem o subalterno em silêncio e responde “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído a mulher como um item respeitoso na lista de prioridades globais” (2010, p. 128). Assim, ela apresenta o papel da mulher acadêmica de trazê-las à tona. Por isso, nossas fontes de análise são caracterizadas por testemunhos daquelas mulheres, buscando dar voz a elas ante a um processo em que a versão é consolidada pela visão dos homens guerrilheiros ou da sociedade de quem a guerrilha é inimiga.

Destacamos que a discussão de gênero tem uma importância por mostrar o simbólico que envolve o feminino e o masculino e os efeitos deste olhar sobre a dinâmica social. Joan Scott (1996) apresenta um conceito de gênero a partir de duas perspectivas: a primeira como a constituição das relações sociais, que são envolvidas por ideias e sobre as diferenças entre os sexos, já a segunda uma perspectiva de gênero, que diz respeito a produção e a reprodução das relações de poder na sociedade.

Para Grazyelle Costa (2008, p. 8) esta fundamentação baseada em uma discussão de gênero é importante para mostrar que “o modelo estatocêntrico e militarizado de segurança não alcança proteger as mulheres dos efeitos da violência armada”. Sandra Whitworth (2008) mostra a variedade de perspectivas das teorias feministas, tratando de como os homens e as mulheres se posicionam no conflito, sendo as mulheres alvos de outras formas de violência, como a sexual. Sendo também capazes de exercerem papéis ora como vítimas, ora como “agentes” da violência, quando escolhem ser combatentes.

No entanto, observa-se um reducionismo dos papéis das mulheres na literatura sobre conflito armado. Gerorg Bouta e Tsjearde Flerks (2002) apontam isso como uma fraqueza, pois não é apresentado a diversidade entre as mulheres, nem seus variados papéis. Assim, os autores desenvolveram um quadro de análise com sete tipos ideais dos papéis que as mulheres exercem antes, durante e depois do conflito armado, advertindo que as mulheres podem transitar entre estes papéis ou exercê-los ao mesmo tempo.

Quadro 1. 'Papéis' Multifacetados das Mulheres em Situações de Conflito

	Pré-Conflito	Conflito	Pós-Conflito
<i>Mulheres vítimas de violência (sexual)</i>		<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de casos • Aumento da exposição à violência • Abuso sexual como método sistemático de guerra 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da violência doméstica • Continuidade da exposição à insegurança
<i>Mulheres combatentes</i>		<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento direto no conflito • Apoio indireto ao conflito 	<ul style="list-style-type: none"> • Reintegração de mulheres ex-combatentes
<i>Mulheres ativistas para a paz em organizações não governamentais</i>	Setor de ONGs e até inexistentes	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas anti-conflito • Assumindo funções públicas • Manutenção de “uma vida normal” • Provisão de ajuda e assistência humanitária 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento ativo com uma ampla gama de tópicos variando de trabalho de “caridade” para um ativismo político
<i>Mulheres na “política formal de paz”</i>	Acesso limitado à vida política	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do acesso a posições política em vários níveis da sociedade • Acesso limitado ao processo de paz formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em manter uma posição política • Participação na formulação de leis e constituição, eleições e esforços de reabilitação
<i>Mulheres resilientes e atores de sobrevivência</i>	Mínimo de mecanismo de sobrevivência	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de mecanismo de enfrentamento; adaptação aos papéis existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança para mais maneiras sustentáveis de viver
<i>Mulheres chefes da casa</i>	Divisão tradicional de tarefas	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de lidar com angústia e resultados subótimos 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades em manter atividades fora de casa • Continuidade de dificuldade em ter acesso à terra e propriedade
<i>Mulheres e emprego (in) formal</i>		<ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento das relações tradicionais de trabalho • Alto número de mulheres como chefes da casa 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do emprego informal • Retorno a divisão tradicional do trabalho

Fonte: Elaboração própria da autora; tradução nossa; Em: BOUTA, Tsjeard; FRERKS. **Women's role in conflict prevention, conflict resolution and post-conflict reconstruction.** Netherlands Institute of International Relation, Haia, 2002.

Neste trabalho trataremos das mulheres combatentes, das mulheres ativistas para a paz, das mulheres na política formal de paz e das mulheres vítimas de violência, mostrando que em todas estas categorias, as mulheres criam alternativas para a transformação do conflito através de estratégias coletivas de combate a violência. O grupo feminista Rota Pacífica mostra como grande parte das mulheres colombianas transformaram seus papéis tradicionais, assumindo novos papéis durante o conflito, parte delas enxergaram nas organizações não governamentais uma forma de resistência e como viram a necessidades da criação de estratégias coletivas para a defesa de seus direitos (RUTA PACÍFICA, 2013).

Assim, buscamos analisar a construção do protagonismo das mulheres colombianas, a partir de um relato histórico sustentado por testemunhos orais e escritos das mesmas, publicados por organizações não governamentais e observatórios sociais e pelos próprios coletivos femininos, sob o argumento de reverberar a voz feminina na tessitura da história das negociações de paz, enquanto caminho para a Emancipação. Destacamos que trataremos de modo especial o período compreendido pelos anos de 2010 a 2018, referente ao mandato do presidente Juan Manuel Santos, que se aproximou das FARC com intuito de negociar um Acordo de Paz, fazendo com que a paz fosse levada como a principal bandeira do seu primeiro mandato, tomando uma postura menos ofensiva em relação as FARC³, se comparado às tentativas do presidente antecessor, Álvaro Uribe. Em 2013, notou-se um avanço em termos de participação feminina nas mesas de negociação, nas quais as mulheres foram nomeadas plenipotenciárias representantes do governo colombiano, e nas quais tiveram espaço as mulheres guerrilheiras.

Paralelamente a isto, grupos feministas, como a Rota Pacífica das mulheres pressionaram o Estado para a incorporação no enfoque de gênero no processo de paz, a fim de construir um acordo que representasse as mulheres enquanto vítimas do conflito armado, incluindo ajustes necessários para a superação da violência (GONZÁLEZ; OSÓRIO, 2016). Também faremos um recuo histórico ao tratar das mulheres das FARC – Farianas, a fim de compreender suas motivações para entrada no grupo guerrilheiro, seus aprendizados, as mudanças internas no grupo, como elas desafiam os estereótipos de mulheres em contextos militarizados e como criam alternativas para a construção da paz. No último capítulo

³ Após a Assinatura do Acordo de Paz o grupo guerrilheiro passou para uma transição política, tornando-se o partido político Fuerza Alternativa Revolucionário del Común. Ressaltamos que aqui trataremos das FARC enquanto grupo guerrilheiro.

traremos um panorama do cenário atual da Colômbia, apresentando as conquistas alcançadas do enfoque de gênero do Acordo de Paz e também os desafios que elas enfrentam em torno das diversas formas de violência.

CAPÍTULO 1: GÊNERO, SEGURANÇA E PAZ

1.1- Mulheres guerrilheiras: a resistência ao patriarcado pela desconstrução da relação entre guerra e masculinidade

A violência carrega consigo marcas simbólicas sobre a masculinidade e feminilidade. Maria Cristina Rojas (1997) apresenta que a figura da mulher é desenhada de forma que a distancia das questões de âmbito público referentes ao Estado, política, guerra e violência, relacionando às mulheres ao âmbito doméstico. Isto se dá devido a uma associação da figura da mulher como pacífica, emocional e subjetiva, e da figura do homem violento, sendo a mulher a “alma bela” e o homem o “guerreiro justo”, objetivo e racional. Todavia, a naturalização de tais estereótipos gera efeitos sobre a historiografia das mulheres em contextos de violência onde são invisibilizadas (ROJAS, 1997).

Esses estereótipos, além de apagarem a experiência das mulheres no contexto de guerra, também mostram uma visão reducionista sobre o papel das mulheres no conflito reforçando a visão de vulnerabilidade delas. Maria Obregón (2005) apresenta que a participação das mulheres em grupos armados é um começo para a superação dos estereótipos femininos, pois as mulheres passam a fazer parte de um espaço público no qual sua presença era vedada. A autora responde às visões estereotipadas sobre mulheres no conflito, apontando que elas são tão políticas quanto os homens, e que lutaram por uma incorporação política, estiveram nas grandes guerras mundiais, se incorporando aos partidos políticos e aos exércitos.

A participação das mulheres em guerrilhas revolucionárias também é um fenômeno histórico frequente. Irantzu Aksue (2009) apresenta que as mulheres participam de grupos guerrilheiros em variados países como: Angola, Namíbia, Eritreia, Sri Lanka, El Salvador e Nicarágua. Ao exporem suas vidas à guerra e suas violências, as mulheres guerrilheiras subvertem papéis e referências culturais convencionais, por isso é importante transcender a sua situação de vulnerabilidade e sua condição de vítima (OPC, 2015).

Tatiana Moura (2005) argumenta sobre a importância do reconhecimento do impacto do conflito armado sobre a vida das mulheres, mas que a ênfase neste discurso reduziu a participação das mulheres em tempos de guerra, despolitizando suas ações. Logo, a participação das mulheres nos grupos guerrilheiros questiona a naturalização dos

estereótipos “alma bela” e “guerreiro justo” e demonstra como as mulheres estão diretamente envolvidas com o conflito, seja ligada ao Estado participando das Forças Armadas, ou se opondo a ele, como em um grupo guerrilheiro.

Suzeley Mathias e Tamyra Rebelo (2013) apresentam que a Resolução 1325⁴ do Conselho de Segurança da ONU foi fundamental para tratar as mulheres como agentes de sua própria segurança. Todavia, o Brasil e os países do Cone Sul ainda enfrentam dificuldades para implementação da igualdade de gênero dentro das forças de segurança, entre elas a dificuldade de ascensão hierárquica das mulheres dentro destes grupos, fruto da divisão do trabalho nas Forças Armadas que se originam com base na divisão tradicional do trabalho construída historicamente na sociedade. Todavia, os avanços dentro do ambiente militar ocorreram de forma limitada. Com a profissionalização das Forças Armadas há uma restrição das mulheres a atividades administrativas e da saúde. Elas chegam a assumir o combate em guerras mundiais ou em conflitos guerrilheiros, mas sempre são excluídas do poder de comando (MATHIAS; GIANINI, 2018).

Nota-se que dentro hierarquização da atividade castrense⁵ as mulheres das Forças Armadas encontram entraves próprios de uma sociedade patriarcal, que ainda as enxergam como vulneráveis, incapazes de liderar um combate. As mulheres guerrilheiras também enfrentam desafios para ocupação de cargos de comando. Por outro lado, é também na experiência guerrilheira que as mulheres ganham confiança em si mesmo e tem acessos a novas habilidades, exercendo papéis que tinham sido vedados a elas na sociedade, assim o grupo guerrilheiro integra as mulheres em dinâmicas que destacam sua atuação e compromisso, mas, assim como em outros espaços sociais, há diferentes oportunidades para as mulheres que compõem o grupo guerrilheiro (OPC, 2015).

Ao analisar os aspectos da guerrilha e da revolução, Héctor Saint-Pierre (2000) mostra que a guerrilha revolucionária se opõe violentamente ao regime vigente, logo, a guerrilha é caracteriza pela sua ilegalidade, que busca romper com a ordem vigente, de não

⁴ O Conselho de Segurança por meio da resolução RES/1325(2000) “ Pede a todos os que participem na negociação e na aplicação de acordos de paz que adotem uma perspectiva de gênero, na qual se considerem e incluam, entre outros aspectos: a) as necessidades especiais das mulheres e meninas durante a repatriação e o reassentamento, bem para a reabilitação, reintegração e reconstrução pós-conflito. b) medidas em apoio às iniciativas de paz de mulheres locais e os processos autóctones de solução de conflitos, e para promover a participação das mulheres em todos os mecanismos de aplicação de acordos de paz. c) medidas que garantam a proteção e o respeito dos direitos humanos das mulheres e das meninas, em especial no que se refere à constituição, ao sistema eleitoral, à polícia e ao sistema judicial” (RES/1325. 2000, s.p.).

⁵ Relativo ao exercício militar.

se submeter a normatizações sobre conflitos bélicos, e de não estabelecer frente de combate com tática de golpear e ocultar-se. Assim, as mulheres que decidem ingressar em uma guerrilha realizam uma dupla transgressão, pois passam a pertencer a um grupo ilegal e desafiam o estereótipo de feminilidade estabelecido pelo patriarcado, que afasta o entendimento das mulheres como parte da guerra (ESPEJO, 2017).

Além do aspecto da ilegalidade e irregularidade da guerrilha, esta possui outra característica fundamental: o compromisso político, elemento que a difere de grupos de delinquentes, que buscam o lucro, já que os guerrilheiros buscam a tomada de poder. O autor, entretanto, adverte que a guerrilha é mais frequente onde há governos indisponíveis a colocar em mesa de negociação os anseios sociais e que aquela mediação, levaria em si, à desconstrução do objetivo político da guerrilha que perderia, então, sua legitimidade (SAINT-PIERRE, 2002).

A Colômbia vivencia o embate entre guerrilhas e paramilitares que se estende por mais de cinquenta anos, gerando milhares de vítimas. Além do grande período de duração, o conflito armado colombiano é marcado pela atuação de diversos atores violentos e tentativas falhas de negociação. Saffon e Uprimny (2009) destacam que atualmente, além das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC e do Exército de Libertação Nacional – ELN, há a violência do próprio Estado e de grupos paramilitares, um conflito que tem impacto direto sobre a vida das mulheres.

Mais de 400.000 mulheres foram vítimas de homicídio no contexto do conflito armado, e há mais de 57.000 mulheres vítimas de deslocamento forçado. Entre 1995 e 2011, a violência em conflitos armados levou à deslocação interna de mais de 2.700.000 mulheres (cerca de 6% da população total e 51% de todas as pessoas deslocadas). 15,8% das mulheres deslocadas relatam terem sido vítimas de violência sexual. As mulheres pertencentes a grupos étnicos indígenas e afro-colombianos foram desproporcionalmente afetadas pela violência derivada do conflito, dos 3.445 casos de homicídios de indígenas e afro-colombianos, 65,5% eram mulheres. (ONU MUJERES, 2017)

Entretanto, dentro deste difícil contexto, uma saída foi enxergada na busca do protagonismo de mulheres guerrilheiras que estiveram nas mesas de negociações deste chamado “intratável conflito”. Porém, a participação das mulheres guerrilheiras ainda é invisibilizada na história do conflito e no processo de paz colombiano, o que leva a um apagamento de suas vivências, das dificuldades enfrentadas no grupo guerrilheiro, das suas demandas e expectativas para reintegração social. Portanto, é necessário compreender que

narração das vivências destas mulheres é fundamental para o entendimento do processo histórico que a Colômbia vivencia trazendo à tona o papel das mulheres guerrilheiras na consolidação de paz do país.

1.2-Mulheres em processos de paz: a resistência política e a participação das mulheres nas negociações de paz

Galtung (1969) trata a construção de paz como um objetivo político de criação de uma paz sustentável, que busca através das capacidades e da gestão pacífica enfrentar as causas estruturais do conflito. Ao redor do mundo as mulheres estão neste processo de construção de paz, organizando-se em oposição às políticas de agressão de seus países, buscando soluções não violentas para os conflitos estruturais, lutando contra a impunidade, aproximando a comunidade e apoiando outras mulheres que vivenciam descumprimentos aos direitos humanos e projetando as mulheres como protagonistas na tomada de decisão (MAGALLÓN, 2004)

Entre os maiores movimentos de mulheres estão o Mulheres de Negro (Woman in Black) que nasceu em Israel em 1988, quando manifestantes de preto decidiram protestar contra a ocupação de Israel em territórios palestinos. Elas assumem um ideal pacifista, antimilitar e em defesa dos Direitos Humanos e Direito das Mulheres como princípio para as suas ações de resistência (RUTA PACÍFICA, 2010). Este movimento se expande para diversos países como a Sérvia, França, Turquia, Japão, Colômbia, formando uma rede de mulheres que se organizam contra as políticas agressivas do Estado. Tatiana Moura e Rita Santos (2008) apresentam que nesta formação de rede internacional, as mulheres organizam fóruns, discussões e debatem estratégias de ação e mobilização.

As mulheres também tem se organizado para combater a impunidade, em busca da verdade e da justiça em contextos de grandes violências. A exemplo de grupos estão as mães e avós argentinas da Praça de maio, a Coordenação de Viúvas da Guatemala, o Comitê de Mães Oscar Romero de El Salvador, a Associação de Viúvas de Ruanda, que busca, sobretudo, reconstruir a memória no contexto de guerras e genocídios e de amparo às vítimas da violência. Observa-se que em meio ao trauma da guerra, há uma ação organizada na participação de protestos, campanhas para apuração da verdade. No Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, grupos de mães começam dar os primeiros passos frente a

impunidade da violência no país, formando grupos como Mães de Acari, as Mães de Vigário Geral, Mães do Borel e as Mães do Rio, que ainda que não estão totalmente organizados, mas já apresentam queixas, pesquisam e acompanham a evolução dos inquéritos e procedimentos policiais (MAGALLÓN, 2004; MOURA; SANTOS 2008).

Os principais âmbitos de atuação de organização das mulheres para a paz envolvem a recuperação dos meios de vida, voltado para a recuperação da dependência econômica, para implementação de projetos para a inserção das mulheres no campo profissional. Outro campo de atuação é a abertura de espaços para a construção do tecido social, que envolve a construção de um espaço para que as mulheres narrem suas experiências durante o conflito. As organizações também voltam seu trabalho para a denúncia da violência contra as mulheres, propondo apoio psicossocial para as mulheres vítimas de violência. Outro papel desempenhado é o da reconciliação ou da redução da polarização política baseando suas ações na luta contra a impunidade e na reivindicação da memória histórica (AZKUE, 2009).

Na Colômbia, os movimentos organizados de mulheres se iniciaram em 1970, mas tiveram nos últimos anos um salto muito grande, com campanhas de mulheres contra a guerra, e relatos de experiências. Outros grupos surgiram com o propósito de estabelecer uma ampliação das conexões com outros movimentos feministas, fazendo um papel de denúncia de abusos e dialogando com o poder público (SÁNCHEZ, 2016).

Dentro destes grupos, a Rota Pacífica das Mulheres, formada em 1996, ganha destaque por ser atualmente o movimento com maior visibilidade no país, com uma agenda de atuação ampla que envolve desde mobilizações até escolas de formação e conscientização. Vargas e Piérez (2018) destacam que as organizações de mulheres têm gerado pensamentos autônomos em torno da construção da paz e uma persistência diante dos problemas que envolvem a população, propondo alternativas para a transformação social. A Ruta possui como objetivo geral construir a paz na Colômbia dentro de um marco de reconhecimento dos direitos das mulheres, fortalecendo a participação social e política das mulheres no processo de finalização do conflito e na implementação dos acordos (RUTA PACÍFICA, 2018).

Grazyelle Costa (2008) aponta um aspecto importante de distinção da Ruta com os demais grupos de ativistas para a paz na Colômbia: a maneira como enxergam a linguagem

como forma de transformar a sociedade, a partir de uma compreensão de que a própria violência carrega consigo marcas simbólicas. Assim, o grupo busca repensar estes símbolos que legitimam a violência, realizando manifestações artísticas, música, teatro, poesia e símbolos que não remetem à violência. Outro papel importante vinculado à linguagem, que vem sendo realizado são as rodas de conversa a fim de constituir uma memória coletiva, e as diversas formas de vivência da violência no país. O grupo também está amplamente conectado com movimentos internacionais de mulheres, que significa para o grupo uma conexão com outras mulheres que sofrem com a violência ao seu redor. Assim, tanto a união destas mulheres como a própria violência são elementos que transcendem as fronteiras nacionais.

Além de estabelecer alianças com outros movimentos de mulheres pela paz, a Ruta estabeleceu alianças com organizações colombianas, como “Iniciativa de Mulheres pela Paz”, “Rede Nacional de Mulheres”, “Vamos Mulher”, estando hoje associada com mais de 300 organizações que se alinham com seus objetivos de pôr fim ao conflito (PULIDO, 2018). Além do aspecto de mudança simbólico com o qual a Ruta busca repensar e violência, esta possui outros eixos de construção de paz. Pulido (2018) identifica quatro fundamentais empreendidos pela Ruta entre 2006 a 2016: a resistência civil, iniciativas locais de apoio, ação e participação política e a construção de memória histórica.

Quanto à resistência civil, estas são identificadas através das manifestações promovidas pela organização. Nos anos de 2006 a 2016, o grupo conseguiu mobilizar cerca de 100 mil mulheres e promoveram 17 mobilizações nacionais, em variadas regiões da Colômbia. Já nas iniciativas locais de apoio, a Ruta apoia as mulheres que querem criar seu espaço para tratar de projetos e discussões no âmbito da violência de gênero no país. Além disso, buscam acompanhar as mulheres vítimas do conflito, denunciado os crimes, realiza projetos de pedagogia para paz, tratando de temas como: solidariedade, resistência civil e educação para paz.

Além da Rota Pacífica das Mulheres e de outras organizações feministas colombianas, os grupos de mulheres ex-guerrilheiras exercem um papel fundamental no processo de paz do país. De acordo com Costa (2008) as mulheres ex-combatentes exercem um papel importante, devido ao ativismo político que vivenciaram na guerrilha. A “igualdade opressora”, vivenciada por estas mulheres em grupos militarizados, orienta o

engajamento de outras mulheres baseado em suas demandas e em valores mais pacifistas e igualitários. O trabalho desempenhado por elas é de incentivar o poder político e de diminuir os estereótipos em torno da mulher guerrilheira. O'Neil (2015) trata sobre a reincorporação dessas combatentes às comunidades, para que estas não sejam marginalizadas, ou seja, a participação destas em grupos de mulheres e no treinamento de habilidades profissionais, o que facilita o retorno à sociedade.

Parte desta marginalização das mulheres guerrilheiras pode ser vista através do seu distanciamento no campo das negociações. Em muitos países que vivenciam um processo de paz, são esquecidas suas necessidades e são descartados seus conhecimentos para a construção de paz. Isto gera efeito sobre o pós-conflito, como a volta de mulheres ex-combatentes para grupo de natureza ao qual pertenciam, freia os processos de empoderamento delas e silencia seu protagonismo na configuração histórica e social, e isto gera efeito sobre a criação de políticas orientadas para paz (DÍAZ et. al, 2017).

Observa-se então, que as mulheres geram alternativas para a construção da paz e mecanismos de resistência. No entanto, estiveram por muito tempo ausentes nas mesas de negociação de paz. De acordo com Bouvier (2016), a mesa negociação para paz da Noruega, em 2012, era preenchida em quase sua totalidade por homens, tanto por representantes das FARC quanto do governo colombiano. Por outro lado, permaneceram ativas, nos bastidores, na pesquisa e em conferências regionais e internacionais, angariando maior espaço após a Cúpula Nacional de Mulheres pela Paz, em 2013. Ali as mulheres apresentaram demandas em torno da permanência da mesa de negociação até sua assinatura, também em torno da inclusão de mulheres na mesa de paz e em diferentes fases do processo, protestando para que as experiências das mulheres ex-combatentes fossem levadas em consideração.

O número de mulheres participando das negociações do acordo de paz foi crescendo ao longo dos anos. As mulheres das FARC foram aumentando a sua participação nas delegações de paz e em 2015 a delegação das FARC estava composta por 40% de mulheres. Nomes importantes das negociações são: Elena Ambrosi, diretora da Oficina de Direitos Humanos do Ministério da Defesa e Lucia Ayerbe, do Gabinete da Presidência, como representante mulher das FARC, Sandra Ramirez. Além da atuação destas plenipotenciárias da negociação de Cuba, foi formada também uma subcomissão de gênero,

a fim de garantir e acompanhar o direito das mulheres no processo de paz. A subcomissão de gênero foi firmada em setembro de 2014 e possui um caráter inovador se comparado com outros processos de paz ao redor do mundo, que apesar de não possuir autoridade para a tomada de decisões, possui um papel na garantia do enfoque de gênero acordado, a presidência da subcomissão é composta pela ex-guerrilheira das FARC, Victoria Sandino, e por Maria Riveros, como representante do governo (BOUVIER, 2016).

Além do papel de negociadoras, as mulheres possuem a habilidade de mobilização. O próprio referendo sobre o acordo de paz, realizado em 2016 se deu em um cenário de trabalho coletivo de mulheres, que se engajaram de maneira acadêmica e política pra que este ocorresse. Vargas e Piérez (2018) destacam a iniciativa “um milhão de mulheres pela paz” em que várias mulheres convidavam umas às outras para votar “sim” no plebiscito sobre o acordo de paz. Apesar da resposta negativa da população no plebiscito, nota-se o engajamento destas mulheres em prol da participação democrática e da saída negociada do conflito.

Desde a década de 1990, a Rede de Mulheres, a Rota Pacífica e a Iniciativa da Mulher paz, as organizações mais fortes, desenharam uma agenda de trabalho de perto tem sido ligada à resolução do conflito: o cessar-fogo bilateral, a desmilitarização, a vida civil, distribuição de terras com equidade, respeito pelo corpo, justiça e os diferenciais foram seus principais serviço (GONZÁLES, 2017, p. 118, tradução nossa).

O Acordo Final para o Fim do Conflito e a Construção De Uma Paz Estável e Duradoura foi firmado em 24 de novembro de 2016 e tem como um dos princípios norteadores o enfoque de gênero, prevendo que “na implementação serão garantidas que as condições da igualdade sejam reais e eficazes e serão tomadas medidas afirmativas a favor de grupos discriminados ou marginalizados, levando em consideração a abordagem territorial, diferencial e de gênero" (COLÔMBIA, 2016, p. 6).

O acordo está desenhado por seis pontos principais: o primeiro compreende a reforma rural integral, buscando a integração da região rural e para erradicação da pobreza. O segundo compreende a participação política e o aprofundamento da democracia, ressaltando o abandono da violência como um método de ação política, problemática que é colocada no terceiro ponto, que tem como objetivo o cessar fogo e o abandono das armas. O quarto busca solucionar a problemática das drogas ilícitas no país, o quinto compreende

o ressarcimento das vítimas e cria um sistema integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição buscando a garantia dos direitos humanos, e o ponto seis cria a Comissão que avalia a implementação do acordo (COLÔMBIA, 2016). Todos os pontos levam em consideração o enfoque de gênero que definido é no Acordo como:

(....) reconhecimento das mulheres como cidadãs autônomas, sujeitas de direitos que, independentemente de seu estado civil, relacionamento família ou comunidade, tenham acesso em termos iguais em relação a homens a propriedade da terra e projetos produtivos, opções de financiamento, infraestrutura, serviços técnicos e treinamento, entre outros; atendendo às condições sociais e institucionais que impediram as mulheres de acessar ativos produtivos e bens públicos e sociais. Esse reconhecimento implica a adoção de medidas específicas no planejamento, execução e monitoramento dos planos e programas contemplados neste acordo a ser implementado levando em consideração necessidades e condições diferenciadas das mulheres, de acordo com seu ciclo de vida, afetações e necessidades (COLÔMBIA, 2016, p. 12, tradução nossa).

Quadro 2. Perspectivas de Gênero do Acordo Final de Paz

<i>Ponto 1- Reforma Rural</i>
Propõe a promoção de economia solidária, saúde sexual e reprodutiva e facilitação do acesso a posse de terra com prioridade para mulheres rurais chefes da família.
<i>Ponto 2- Participação Política</i>
Abertura democrática para construir a paz, prevê a criação de organizações de mulheres, jovens e população LGBTI e promoção da participação de organizações de mulheres, especialmente em casos de programas de desenvolvimento com enfoque territorial e em transição de paz.
<i>Ponto 3- Cessar fogo bilateral e definitivo</i>
Destaca o compromisso das partes de não cometer atos de violência, especialmente aqueles baseados em gênero, capacitação de profissionais, monitoramento e verificação em uma abordagem de gênero e que tenha pelo menos 20% de mulheres na composição dos funcionários.
<i>Ponto 4- Solução aos problemas das drogas ilícitas</i>
Pretende incorporar a abordagem diferencial de gênero nos programas de substituição de cultivos ilícitos, o desenho de planos de prevenção e prevenção de drogas e desenvolvimento de um conjunto de estratégias, tais como creches rurais para facilitar a mulher chefe da família o acesso a oportunidades de emprego.
<i>Ponto 5- Vítimas</i>
O sistema integral da verdade, justiça, reparação e não repetição exclui o perdão por casos de violência sexual e funcionará por critérios de equidade de gênero em sua composição e disposição para promover a participação das mulheres na reparação coletiva.
<i>Ponto 6- Implementação, Verificação e Endosso:</i>

Cria-se uma comissão de gênero, responsável por monitorar e verificar a integração do gênero na implementação do Acordo de Paz.

Fonte: Elaboração própria da autora; tradução nossa; Em: VARGAS, Jakeline; PÉREZ, Angela. **Enfoque de Género en el acuerdo de paz entre el Gobierno Colombiano y las FARC-EP:** transiciones necesarias para su implementación. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 20, no 39 ,p.405, 2018.

Krystalli (2016) aponta que além de ter mulheres participando da mesa de negociação, o Acordo possui grandes áreas temáticas que incluem as perspectivas de gênero, como o acesso a propriedade rural pela mulher, garantias dos direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres e da comunidade LGBT, promoção da participação das mulheres, tanto na representatividade, quanto na resolução de conflitos e na prevenção de riscos, como no acesso à verdade e à justiça, medidas para combater a impunidade, divulgação e luta contra a estigmatização do trabalho político das mulheres e, por fim, ação institucional para fortalecer as organizações de mulheres.

Maria Narino (2010) trata da importância de reconhecer o posicionamento e as experiências da comunidade para que isto seja levado para as mesas de negociações, enfatizando que as iniciativas para paz e as necessidades pós-bélicas destes grupos não devem ser ignoradas por aqueles que ocupam uma posição e poder. Isto contempla o que é abordado por Adell (2018), que enfatiza que as comunidades desejam um maior protagonismo na construção da paz, não sendo apenas beneficiárias da oferta de política pública. Portanto, há uma demanda para o que Estado não se coloque apenas como uma figura burocrática, mas que esteja aberto para promoção de processos coletivos de transformação, valorizando as demandas dos atores e fazendo uma transformação em conjunto.

CAPÍTULO 2: AS FARC E AS MULHERES GUERRILHEIRAS POR ELAS MESMAS

2.1: “Me voy a ser guerrillera”: motivações para o ingresso na guerrilha

O que buscam as mulheres na guerra? O que as leva a renunciar a sua vida “normal”? Como viveram a guerra e o que ficou para elas depois de tantos sacrifícios? Orientadas por estes questionamentos, Elsa Blair e Luz María Londono (2002) mostram através dos testemunhos de mulheres ex-combatentes de diferentes grupos armados, a resistência e as dores delas, dando atenção as suas palavras, que estiveram apagadas dos estudos sobre guerra e conflito.

María Londono (2006) apresenta que as guerrilheiras foram invisibilizadas das reflexões acadêmicas, mas um trabalho significativo para trazer as vozes das guerrilheiras colombianas foi feito por Christiane Aussel, Graciliana Echavarría e Isabel Perez (2004), em *Haciendo memoria y dejando rastros: Encuentros con mujeres excombatientes del nororiente de Colombia*. Ali busca-se entender as razões do ingresso das mulheres colombianas aos grupos guerrilheiros, como se dão as estruturas de poder dentro dos grupos militares, como elas lidam com a questão da maternidade e com a sexualidade. Ao questionar os motivos para o ingresso das mulheres na vida armada, as autoras apresentam vários, como: desejo por maior justiça social, sonhos de uma revolução inspirada em Cuba, gosto militar, gosto por armas e atração pelo risco. Elas apresentam que um número significativo de ex-guerrilheiras mostra seus ideais de mudança social, como no depoimento de Mary:

Esse meu vínculo é de alguma maneira, mais do que pela violência, é mais pela sensibilidade social, sabendo que eu me criei na pobreza.... Eu sei a dor que alguém sente por ser pobre e sei as limitações que isso representa... Então se o caminho que estão me dizendo é para a liberdade dos mais pobres, eu me sinto envolvida, mais do que pela violência é uma sensibilidade frente à pobreza, é uma sensibilidade de justiça social... Tínhamos confiança que íamos alcançar o sucesso rapidamente... E o sucesso significava a liberdade de tanta gente (AUSSEL, Christiane; ECHAVARRÍA, Graciliana; PEREZ, Isabel. 2004, p. 65, tradução nossa).

As motivações apresentadas por elas convergem com as apresentadas por Maria Ibarra Melo (2009), que em seu livro *Mujeres e insurrección en Colombia: Reconfiguración de la identidad femenina en la guerrilha* destaca quatro principais causas

do ingresso das mulheres em grupos armados: 1) sensibilidade social e convicção política; 2) emancipação da vida tradicional; 3) busca por vingança; e 4) atração pela disciplina militar. O primeiro compreende as mulheres pertencentes aos movimentos estudantis, trabalhadoras e membros de partido de esquerda. Estas mulheres carregam consigo a consciência da opressão entre as classes e enxergam na vida armada a forma de libertar o povo desta opressão. Nos relatos de ex-guerrilheiras apresentadas pela autora, nota-se a consciência da responsabilidade pela luta anticapitalista. Aurora, ex-guerrilheira do M-19⁶ mostra o dilema entre abandonar a família e a escola ou fazer a revolução. Havia, portanto, um senso de urgência para a mudança social.

Quanto à emancipação da vida tradicional, as mulheres enxergam na guerrilha uma possibilidade de se emancipar da autoridade masculina e da violência doméstica. Como destaca Melo (2009) as mulheres afirmam que sua vida era cercada de privação de liberdade e buscavam então autonomia e formas de se libertar de uma cultura patriarcal que é ainda mais forte nos contextos camponeses, onde são reforçados a tradição e a dedicação das mulheres aos serviços domésticos.

A busca por essa igualdade de gênero é uma motivação que se diferencia dos relatos de mulheres guerrilheiras da Nicarágua, de El Salvador, Chiapas e Cuba. Ao realizar 245 entrevistas com ex-guerrilheiras daqueles países, Karen Kampwirth (2000) nota que as razões delas para a participação da luta armada são semelhantes às dos homens, voltadas para justiça e o fim da exploração, e apenas uma ex-guerrilheira da Nicarágua afirmou que sua motivação era igualdade de gênero.

Todavia, no caso das mulheres colombianas, a busca por igualdade de gênero se torna mais presente nos discursos, como no caso de Yorli, ex-guerrilheira que ao ser convidada para ir para a milícia, negava a proposta e respondia: “quero ser guerrilheira, quero ir para um acampamento para estudar e para lutar... então quando ingressei nas FARC eu vi que os homens faziam o que comer e que ajudavam as mulheres e que tudo era por igual e isso era o que eu queria ver.” (Documentário *Nunca Invisibles*, 2018). Nesse sentido, Magallón (2004) ressalta que as FARC oferecem às mulheres uma forma de fugir do desempenho tradicional e do papel subalterno desempenhado pelas mulheres na

⁶ M-19- Movimento 19 de abril é um grupo guerrilheiro desmobilizado que se transformou no partido político Aliança Democrática M-19.

sociedade colombiana e de ter um papel de luta e destaque na sociedade, atuando no grupo como combatentes e não combatentes, usando armas e uniformes iguais aos dos homens.

Já a busca por vingança compreende as motivações das mulheres para dar uma resposta frente violência sofrida. “Quando são vítimas diretas da violência, seja dos paramilitares ou das forças do Estado, nem sequer requerem conhecimento político para pegar em armas” (MELO, 2009, p. 127). Aqui, destacamos a violência sexual como uma das formas de violência que atinge diretamente a vida das mulheres. Aliadas ao desejo de vingança e fuga, este é mais um motivo para que elas entrem em um grupo armado.

De acordo com Bouta e Frerks (2002) há um aumento dos casos de violência sexual em um contexto de conflito. Giannini *et. al* (2018) apresenta que nesse contexto de conflito armado as dinâmicas do próprio conflito aumentam tanto a violência pública quanto a privada, havendo pouca capacidade de resposta por parte do Estado. Em entrevista realizada pela Humans Rights Watch (2003, p. 55) Jéssica, ex-guerrilheira das FARC diz “Quando eu tinha doze anos, meu primo me estuprou, eu fiquei louca, eu queria vingança”. Além da violência sexual realizada por membros da família, os abusos e estupros foram cometidos pelos atores de violência presentes no conflito armado e pelas forças de segurança do Estado. Os crimes contra as mulheres colombianas se deram através de ataques, massacres, deslocamento forçado, atos de tortura contra mulheres envolvidas em relações afetivas com combatentes, violência contra mulheres envolvidas em atividades políticas, sequestros para obtenção de informações e castigos (CIDH-OEA, 2006).

O documento público da organização Iniciativa das Mulheres pela Paz – IMP de 2018 *La Experiencia de Acceso a la Justicia de las Mujeres del Corregimiento de Libertad: La Importancia de Caminar Acompañadas*, trata do estupro como método de guerra, mostrando experiência das mulheres entre os anos de 2001 a 2004, no município de San Onofre, Sucre, no Caribe colombiano. Nessa região instalou-se grupo paramilitar de extrema-direita, a Autodefesas Unidas da Colômbia-AUC. Nele é apresentado como os integrantes da AUC instalaram uma dinâmica de guerra, violentando sexualmente diversas mulheres do município, no contexto do conflito armado. Nesta região, as mulheres foram submetidas à tortura, estupro, nudez forçada, roubos e massacres realizados pelos paramilitares.

Em uma região com forte presença guerrilheira e paramilitar, as mulheres também criam um gosto pela vida militar, enxergando nela uma forma de exercício de poder (MELO, 2009). A autora apresenta também que as mulheres podem ter proximidades com membros deste grupo, seja por ser um membro da família ou por estarem circulando diariamente na região. No documentário *Las Mujeres de Las FARC* (2016) vemos relatos de mulheres que se enquadram nesta situação. A ex-guerrilheira das FARC, Lorena diz: “entrei nas FARC aos dez anos⁷ e saí aos dezesseis... ingressei porque me criei com eles, o lugar onde nasci era de pura guerrilha, não havia nada mais, eu considerava eles como da nossa família”. Outras mulheres relatam que já tinham proximidade com a guerrilha por conta de seus parentes, como no caso de Natália, filha de pais revolucionários que diz: “Nasci dentro da guerrilha e desde muito pequena estes ideais me encontraram e por isso estou aqui”. Outras destacam as armas como fator de atração: “Eu gostei das FARC porque eu vi as mulheres com uniformes, com rifles, bem bonitas. Eu decidi que quando eu tivesse idade o suficiente eu teria meu equipamento e meu rifle” (HERRERA. PORCH, 2008, p.616).

⁷ De acordo com a pesquisa realizada pelo observatório de paz e conflito da Universidade Nacional da Colômbia, a maioria das mulheres das FARC ingressam ao grupo ainda crianças. “Das mulheres entrevistadas 87,5% entraram para o grupo menor de idade; e 31,2% tinham entre onze e treze anos” (2016, p.15)

Figura 1- Guerrilheira das FARC

Fonte: The California Sunday Magazine, 2016

A pobreza e a incapacidade do Estado na provisão de medidas para as comunidades é um elemento comum nos relatos das guerrilheiras e ex-guerrilheiras que trazem a falta acesso à educação e a falta de recursos como uma forte motivação para o ingresso, que é compreendido como violência estrutural enquanto “um processo que funciona lentamente, como a miséria em geral, a fome em particular, e que por fim matam seres humanos” (GALTUNG, 1985, p.145).

Essa ausência do Estado é observada no relato de Jéssica: “Eu entrei com onze anos, não tive estudo... eu não culpo meus pais, porque eles não tinham como me dar, eram muito pobres, não tenho porque culpá-los”. Em entrevista realizada por Fernandez e Chagas (2019), Sandra Ramirez, ex-combatente das FARC, atualmente Senadora, quando questionada sobre as motivações que a levaram para a entrada na guerrilha, responde que a desigualdade social foi o fator principal. Segundo ela, a guerrilha foi uma alternativa de vida, frente à falta de opções e de apoio do Estado colombiano com os jovens e com os

mais humildes. Um relato que converge com a experiência de Mariana, que também viveu a perda de um familiar e chora ao dizer:

(...) No combate próximo a minha casa mataram meu tio, que se chamava José... e depois da morte de meu tio, meu irmão que se chama Nelson decidiu ingressar nas FARC.... nesse ano eu tinha 14 anos e quando ele voltou já tinha 15 e ele me perguntou o que eu estava fazendo em casa e eu disse que nada, então ele me disse que eu poderia ingressar e eu pensei: é verdade, o que eu estou fazendo aqui? não temos praticamente nada (Documentário Nunca Invisibles, 2018, transcrição nossa).

Assim, observa-se a pluralidade das motivações que levaram as mulheres a ingressarem nas FARC, que buscavam na luta revolucionária, melhores condições de vida em um país marcado por injustiça social. Ter acesso a essas histórias de vida nos dá um entendimento que as mulheres guerrilheiras são atores de violência, mas que também foram vítimas do conflito armado e as medidas de reparação no Acordo de Paz devem levar em consideração suas trajetórias de vidas antes, durante e depois da vida armada, entendendo como a violência estrutural afeta os grupos mais marginalizados, especialmente as mulheres guerrilheiras que enfrentaram violências na sociedade civil e dentro do grupo armado, mas retornam para a sociedade com uma voz ativa e política.

2.2 “Acá es todo por igual”: a vivência das mulheres nas FARC

A participação das mulheres dentro das FARC⁸ é pouco conhecida, visto que as suas figuras mais emblemáticas são homens que se destacam desde a fundação do grupo a comandos atuais, como Manuel Marulanda, que comandou as FARC por mais de 40 anos. Para Gonzales e Maldonado (2016) é só durante o processo de paz do governo Andrés Pastrana, que governou o país de 1998-2002, e Juan Manuel Santos, de 2010 a 2018, que se observa uma maior participação das figuras femininas. Neste processo de paz em Havana, as mulheres participaram como apoio à mesa de diálogo. Ao longo do processo, as insurgentes foram cobrando maior relevância feminina nas negociações, ao ponto de fazer

⁸ O Observatório de Paz e Conflito da Universidade Nacional da Colômbia (2015) destaca que as FARC surgiram em 1964, em diferentes zonas do Sul do país, e possui sua origem no campesinato, o que explica grande parte de seus integrantes serem uma população rural. No entanto, a partir dos anos 80 aumentou o número de população urbana em suas filas.

parte da Subcomissão Técnica do Fim do Conflito Armado e da Subcomissão de Gênero (CASTRILLÓN, 2015, p.77).

Bohórquez (2018) categoriza aquele momento das Mulheres Farianas como a terceira fase de papel desempenhado ao longo da história nas FARC, sendo que a fase das negociações e autocrítica, que vai de 1998 a 2016, marcado por uma maior visibilidades das mulheres nas negociações entre os anos de 1998 a 2002 onde apareceram publicamente, mas não tiveram plena participação política nestas negociações. Para ela este tratamento distinto dos homens nos processos de negociação geraram uma inquietude nas mulheres guerrilheira.

A primeira fase foi caracterizada por ela como um período em que as mulheres exerceram o papel de companheiras, enquanto mães, esposas e cuidadoras dos doentes e das atividades de manutenção do acampamento, mas aos poucos foram ganhando espaço na luta armada, manejando armas e explosivos, ou seja, tomando espaços antes associados ao “masculino”, período que é compreendido pelos anos de 1964 a 1982.

Na segunda fase, 1982-1998, há uma ampliação da frente de mulheres e do exercício delas em ofícios diversos. Há, também, uma ampliação do discurso sobre igualdade de gênero dentro do grupo. Todavia, a terceira fase ganha maior atenção, devido ao protagonismo, resultando em negociações que tratam da questão de gênero e insurgência. Nas negociações realizadas entre 1998 e 2002, as mulheres já haviam chamado atenção da mídia para as singularidades internas da guerrilha e para seu próprio cotidiano. Anos depois, em 2012, no início das Negociações de Havana, estas ganham maior destaque, tratando não apenas das questões de gênero, mas versando sobre outros problemas estruturais do país.

[...] Paralelamente às conversas em Havana, as mulheres participaram não só ao redor e atrás das mesas, mas eles se organizaram para avançar na análise e investigações sobre os itens da agenda de negociação. Entre 2012 e 2013, diferentes mulheres da sociedade civil e organizações sociais participaram em fóruns sobre a política de desenvolvimento agrário, participação política, colheitas ilícitas, tráfico de drogas e vítimas, com o apoio das Nações Unidas e do Centro de Pensamento e Acompanhamento ao Diálogo de Paz da Universidade Nacional da Colômbia (BOHÓRQUEZ, 2018, p.59, tradução nossa).

Em entrevista a Glória Catrillón (2018), Victória Sandino, representante Fariana da subcomissão de gênero, afirma que encontrou uma forte hostilidade por parte da imprensa,

logo quando a delegação de mulheres chegou nas negociações de Havana em 2013. E que a partir disto ela motivou as mulheres para com mais afinco lerem sobre os documentos do acordo, feminismo e sobre as lutas das mulheres colombianas. Aliados a isto, também buscaram ter alcance através de seu próprio meio de comunicação, e assim criaram o site Mujer Fariana. Assim, Victória Sandino afirma as mulheres estavam orientadas para a mudança política e tinham conhecimento de que era necessário transformar uma realidade machista que se mostrava especialmente pela imprensa, que sempre lhe perguntava sobre os mesmos assuntos: relações amorosas e abortos dentro do grupo guerrilheiro, mas não lhe perguntavam sobre quais eram suas orientações e objetivos políticos, sendo essas perguntas direcionadas aos homens.

Bohórquez (2018) apresenta que este processo das negociações veio acompanhado de uma autocrítica das guerrilheiras, partindo da percepção dos papéis de gênero e do lugar das guerrilheiras na estrutura armada e na implementação do acordo, sendo aquilo parte de um processo de emancipação, haja vista a criticidade de pensar e se posicionar sobre os papéis desempenhados dentro da estrutura das FARC. Partindo de um senso de coletividade e de justiça social para as mulheres do País, a participação ativa na política não cessa. Rueda (2019), em reportagem ao jornal colombiano El Espectador, mostra que as ex-combatentes pretendem permanecer ativas, enquanto atores políticos reconhecidos pelo Estado. Reitera que estão em busca de espaço de poder, mas enfrentam o desafio de ocupar aqueles espaços e sair do cuidado do lar, enfrentando obstáculos para a reincorporação, enquanto ex-combatentes, à vida civil.

Figura 1- As FARC-EP também tem rosto de mulher



Fonte: The California Sunday Magazine, 2016

Destacamos que as mulheres que entram no grupo guerrilheiro se deparam com um discurso de igualdade e companheirismo de luta do próprio do movimento, mas em um ambiente de estrutura militar, rígido e hierárquico. Apesar do discurso de igualdade vigente, as mulheres das FARC enfrentam problemáticas de gênero semelhantes às da sociedade colombiana (BOHÓRQUEZ, 2018). Situação que dialoga com o pensamento de Cynthia Cockburn (1999) que ao tratar sobre a relação das mulheres nos grupos armados, argumenta que a sua participação não muda a hierarquia, nem a cultura destes grupos, pois estes não se tornam menos machistas. Portanto, a cultura patriarcal permanece nestes grupos.

Do ponto de vista das FARC, são trazidos aspectos ideológicos para o recrutamento feminino, que segundo Costa (2015) são usados como instrumento ideológico, a fim de mostrar a emancipação feminina como resultado da superação do capitalismo, assim, internamente a igualdade acaba não sendo problematizada, pois é mascarada pela ideologia revolucionária do grupo guerrilheiro. Há uma dificuldade de as mulheres guerrilheiras reconhecerem a discriminação de gênero dentro do grupo, pois são contornadas pelo

discurso da igualdade e do companheirismo disseminado, que leva as mulheres ao não reconhecimento do machismo dentro das FARC (COSTA, 2008).

Herrera e Porch (2008) apresentam os outros pontos para o recrutamento feminino. Além da compatibilidade com as ideias de igualdade presentes no grupo, as mulheres enquanto guerrilheiras disciplinadas desempenham um papel importante, de aproximação com os cidadãos das áreas controladas pelas guerrilhas, exercendo um papel de mediação. Fator que se conecta com o próprio caráter valorativo da insurgência, de ser um exército popular que está em luta pelo povo. Em termos de participação, as FARC possuem uma divisão igualitária, que representa entre 40% a 50% do contingente feminino

O Informe do Observatório de Paz e Conflito da Universidade Nacional da Colômbia apresenta as distintas funções que a guerrilheira das FARC realiza, assumindo posições de organizações de massa, em que se aproximam da comunidade através da integração com organizações comunitárias. Também realizam tarefas em conjunto com a comunidade campesina, como o corte de cana e a limpeza de algumas áreas. “Algumas mulheres se desempenham como políticas, conquistam o respeito das pessoas da comunidade com as quais desenvolveram um trabalho (OPC, 2015, p.19).

Outra função apresentada pelo observatório é a de miliciana, que compreende a atividade das mulheres de obter dinheiro através da “cobrança de impostos” e obtenção de informações sobre a comunidade para ser levado ao grupo. As mulheres também são combatentes e participam de maneira direta do enfrentamento. Nas entrevistas realizadas pelo OPC as mulheres dizem que ser combatente é uma forma de não ser covarde, de desafiar os soldados e de ganhar respeito. Outra atividade realizada é a de manutenção da tropa, como levar a comida, carregar lenha e outras atividades de manutenção do acampamento. Há casos nos quais as mulheres desempenham atividades mais específicas, como cuidar dos doentes e feridos e de dar cursos dentro do grupo.

Figura 1 - Guerrilheira carregando equipamentos



Fonte: The California Sunday Magazine, 2016

As mulheres das FARC apresentam que há um tratamento igualitário dentro da organização, mas algumas apresentam a discriminação como um problema presente no grupo, pois há um entrave para as mulheres ocuparem posição de comando, havendo um esforço maior para obtenção de destaque. Outras mulheres consideram que há um bom tratamento do grupo, e que a partir dele se tornaram valentes para lutar pelos direitos das mulheres (OPC, 2015). Ao tratar do machismo dentro das FARC, Lílían Lopez que chegou a ser comandante diz:

Na guerrilha, assim como na Colômbia, há machismo. Os guerrilheiros também se formaram dentro de uma sociedade machista. O machismo existe nas FARC. Mas na oitava conferência se estabeleceu que a mulher guerrilheira é livre e não pode ser discriminada. Tem o mesmo direito e deveres que os homens. Se uma mulher quiser impedir que um homem a discrimine, ela dispõe dos instrumentos para conseguir (LARA, 2000, p.115, tradução nossa)

Todavia, dentro do grupo guerrilheiro, observa-se problemáticas sobre o controle do corpo da mulher. Minillo *et.al* (2017) apresentam que ainda que haja uma liberdade sexual dentro do grupo, em que as mulheres podem se relacionar com qualquer um dos guerrilheiros, elas só podem se relacionar com homens do grupo, o que demonstra a

instrumentalização do corpo da mulher com o fim de manter os homens dentro das FARC (HERRERA; PORCH, 2008).

Outro exemplo desta instrumentalização do corpo da mulher é o controle reprodutivo, o uso obrigatório de métodos contraceptivos e os abortos sem o consentimento da mulher. Isto também é apresentado no relatório da Human Rights Watch através do relato de Ángela, ex-guerrilheira das FARC, que entrou no grupo com doze anos. Ela diz: “Eles colocaram um DIU um dia depois que eu cheguei. Aquilo foi o único método que eu já usei. Se você engravidar, você tem que abortar. Muitas mulheres engravidam. Eu tive duas amigas que engravidaram e que tiveram que abortar. Elas choraram, choraram. Elas não queriam perder o bebê” (2003, p.72).

No documentário *Las Mujeres de las FARC* (2016) as mulheres relatam que conheciam meninas que queriam ter o filho, mas que há um impedimento por parte da organização. Por outro lado, a guerrilheira Mônica, grávida diz “Decidi ter o filho e os camaradas me liberaram para ter”. A Human Rights Watch (2003, p.59) mostra o relato de uma guerrilheira que diz “a pior coisa é que não pode ter um bebê. Dois anos atrás, eu engravidei. Eles não me falaram o que iam fazer. Eles me disseram que estava checando... Eu queria ter o bebê”.

Em oposição a informações como estas, as FARC, através de seu grupo *Mujer Fariana* (2014) diz que há uma campanha difamatória que vincula as FARC à violência sexual, e rechaça a utilização do corpo das mulheres como arma de guerra, vingança e humilhação. Vitória Sandino diz que comportamentos discriminatórios ou práticas violentas contra as companheiras (os) e contra a população civil são sancionadas na organização. Ela destaca um trabalho pedagógico que é feito dentro do grupo, que busca combater comportamentos machistas e discriminatórios, afirmando: “é um absurdo pensar que tenhamos adquirido consciência revolucionária antipatriarcal e íamos deixar nos maltratar ou permitir que se maltrate qualquer pessoa nas filas ou fora delas”(QUIJANO; ARBOLEDA, 2016, p.124).

O relato de Vitória Sandino é importante para que se entenda que a violência contra a mulher guerrilheira não é algo naturalizado dentro das FARC. A associação do grupo guerrilheiro apenas ao estupro e ao aborto nos direciona a um reducionismo que apaga o ativismo político da vivência na guerrilha e seus objetivos políticos. Através de

entrevistas realizadas as ex-guerrilheiras, Herrera e Porch (2008) apresentam que a maioria delas destaca os aspectos positivos vividos na guerrilha, como no caso de Sandra Ramirez, que apresenta o senso de coletividade dentro grupo, a solidariedade, a responsabilidade e a autocrítica como grandes aprendizados alcançados dentro das FARC (FERNANDEZ; CHAGAS, 2019). Todavia, não podemos negligenciar o relato de mulheres que vivenciaram violências de gênero feitas pelos seus companheiros de luta. Portanto, a partir de tais relatos podemos compreender as problemáticas ali enfrentada e que o discurso de “igualdade” dentro do grupo veio também acompanhado de opressão às mulheres.

CAPÍTULO 3- CONSTRUÇÃO DE PAZ: DESAFIOS E CONQUISTAS

3.1 Memória histórica como caminho para a construção de paz

Como é fazer memória em meio a guerra? Como pensar o passado quando o presente é tão marcante? Estes questionamentos feitos por Sanchez (2004) demonstram a complexidade de construir a memória histórica de um país marcado pelo conflito armado. Rodrigo Upriminy (2005) apresenta a necessidade da narração dos crimes humanitários para que a Colômbia não vivencie uma justiça de transição sem a verdade. Assim, é necessário dar voz às vítimas do conflito para que se reconstrua a memória história das coletividades a fim de garantir a não repetição e o esquecimento da violência.

Na Colômbia, um importante trabalho foi desenvolvido pela Rota Pacífica das Mulheres, que trabalha com a construção da memória coletiva de mulheres a fim de conhecer os danos causados no conflito e de proporcionar justiça histórica às mulheres. Buscam, sobretudo, construir a memória histórica através, livros que trazem a voz das testemunhas, oficinas, comunicados, produções audiovisuais (PULIDO, 2018). Um dos seus trabalhos mais reconhecidos em torno do tema foi o livro *La verdad de las mujeres en el conflicto armado en Colombia*. Neste trabalho foram realizadas mil entrevistas com mulheres de diferentes idades e etnias e buscou trazer as experiências delas, o que as diferencia das experiência masculina e também as denúncias de violências sofridas (RUTA PACÍFICA, 2013).

Outras organizações feministas, como a Iniciativa das Mulheres pela Paz, seguem construindo a memória histórica apresentadas através de informes e boletins, a organização traz em sua documentação relatos individuais de mulheres, que revelam além do sofrimento, da violação de seus corpos e da humilhação uma vontade de ser exemplo para outras mulheres que passaram por situações similares, mas que permanecem em silêncio. Em seus relatos nota-se a exigência em relação ao seu direito enquanto vítimas, como no relato de Modesta, que diz “Eu nunca tinha me animado para que isso se tornasse público, mas hoje eu me sinto com valor... quero que o que passou com a gente venha à luz, e que todo o país saiba” (IMP,2018,p.28).

Diversas alternativas são criadas a fim de trazer estas memórias, seja através da arte ou da escrita. Sandra Grisales (2013, p.12) apresenta as ações das comunidades e das mulheres que buscam caminhos para recordar a história vivida, bordando uma manta para

lembrar os acontecimentos que motivaram sua comunidade a sair de suas casas, desenhando para mostrar suas ameaças e medos. Outras mulheres cuidam no cemitério dos que não possuem identidade, fazendo cerimônia de luto para aqueles que não possuem mais família. Todavia, a autora argumenta que estas *memórias subterrâneas* permanecem ligadas ao âmbito doméstico, sob a esfera dos familiares e amigos, com poucas possibilidades de expressão pública, renegando o papel da memória história como elemento fundamental para a transformação do conflito.

Baseado no trabalho de Charles Villavencio (2007) sobre reconciliação enquanto ação de reconstrução conjunta da realidade, Iraê Lundin (2019) apresenta que a reconciliação requer a compreensão do conhecimento da verdade para que as vítimas não esqueçam o sofrimento vivido e quem praticou a violência não esqueça o mal causado para o outro. Todavia, na Colômbia há uma dificuldade em estabelecer com clareza a relação entre os papéis de vítima e vitimário. Como apresenta Grisales (2013), as regiões da Colômbia são afetadas por diversos atores armados em um conflito móbil e fragmentado, logo, uma pessoa pode então ser vítima de diversos grupos armados, pode pertencer a um destes grupos e passar de forma voluntária ou forçosa a pertencer a um grupo armado.

Portanto, a rigidez com a qual a noção de vítima e vitimário é incorporada pela sociedade civil gera efeitos e estigmas para com as mulheres guerrilheiras. Sanchez Blake (2012) mostra uma reclamação recorrente de ex-combatentes, que declaram que as organizações de mulheres para a paz não reconhecem seu passado na guerrilha, declaram também que há uma aproximação com as universidades e instituições de reinserção, através de conversas e oficinas sobre a paz, mas para as organizações feministas lhes recaem o esquecimento.

Aliado ao estigma da mulher guerrilheira, há também as distinções ideológicas entre elas. Como é visto no relato da ex-guerrilheira, Salazar, que afirma: “Nós temos criado com a guerra um cenário para construir um país distinto: a paz com justiça social. Isso quer dizer que sem a paz não pode haver justiça social, conceito que contrasta com o “pacifismo que buscam as organizações de paz”. As mulheres guerrilheiras trazem como prioridade a “classe” em detrimento ao gênero, elemento que a diferencia das ativistas para a paz (HERNANDEZ, 2016).

A relação entre as ex-guerrilheiras das FARC e a Rota Pacífica das Mulheres também está marcado por essas tensões. No trabalho de reconstrução de memória histórica do livro *La verdad de las mujeres en el conflicto armado*, as mulheres guerrilheiras e ex-guerrilheiras não foram mencionadas. Em outro trabalho relevante da organização, a *Comissão de Verdad y la Memória de Las Mujeres* também foram reunidos testemunhos de mulheres e nenhuma delas eram ex-guerrilheiras. Lorena Hernandez (2016), através de suas entrevistas com lideranças da Rota Pacífica, mostra que elas não descartam a possibilidade de trabalhar com as mulheres guerrilheiras, mas as ex-guerrilheiras não fazem parte da sua agenda, e isto é visto através do “apagamento” das mulheres das FARC das suas iniciativas de reconstrução da memória histórica.

No entanto, as mulheres Farianas seguem propondo alternativas para a reconstrução da memória histórica. Quarenta delas tomaram esta iniciativa, através do projeto *Nunca Invisibles* realizado em 2018, contando com apoio do Cento Nacional de Memória Histórica (CNMH) e do Programa nas Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mas é uma iniciativa que foi idealizada pelas mulheres que pertenceram às FARC buscando trazer seus medos, expectativas e histórias da dinâmica do conflito.

O projeto contou com seis encontros de diálogo com foco em gênero, nele participaram um total de quarenta mulheres, sendo vinte da capital Bogotá e os outros vinte do município de Antônio Narino. Esses encontros permitiram uma maior compreensão sobre a heterogeneidade das organizações guerrilheiras e das mulheres que ali estiveram. Nestes encontros as mulheres recuperaram uma série de materiais importantes e simbólicos para a guerrilha, como fotografias, escritos e gravações das mulheres durante sua vida na guerrilha (INSUASTY, 2018). Como apresenta Grisales (2013), a construção da memória nos convida a pensar não somente nas ações violentas, mas em como esses grupos reconstroem e preservam a vida, e como mantem os laços e identidades. No relato de Nancy, observa-se a nostalgia à cultura das FARC:

Creio nas FARC, apesar de todas as dificuldades, tivemos uma vida muito bonita, pois nos momentos de paz, sem tanta confrontação, tivemos oportunidade de compartilhar coisas bonitas: os cursos, os bailes de domingo, as horas culturais, toda essa cultura que criamos como guerrilheiras das FARC (Documentário *Nunca Invisibles*, 2018, transcrição nossa).

Além das reuniões o projeto Nunca Invisibles contou com uma exposição fotográfica e com o lançamento do documentário, em que foram escolhidas cinco mulheres levando em conta critérios de diversidade como: raça, idade, região e tempo na organização, buscando representar as mulheres participantes da iniciativa, e elas defendem que este material pode servir de insumo para a Comissão da Verdade do país. O documentário foi apresentado no Museu Nacional no dia 15 de novembro de 2018, e é um projeto de grande importância, pois rompe as barreiras das *memórias subterrâneas* que não chegam ao espaço público e são fadadas aos esquecimentos, portanto, ao não reconhecimento da história das mulheres.

3.2 Avaliação prévia da implementação do Acordo de Paz e os dados sobre a violência contra mulher

“Como mensurar o quanto é necessário de justiça social ou emancipação para dar fim ao conflito? Como compreender se um conflito foi além da cessão da violência direta e caminhou para a superação da violência estrutural?” Marcos Ferreira (2019, p.78) apresenta como a abstração do conceito de paz e da dificuldade em alcançá-la permanece como um problema de aplicação em um contexto de conflito armado, onde a violência é generalizada. Por outro lado, entendemos a necessidade de trazer dados sobre a violência e sobre os avanços e dificuldades na implementação do acordo, permitindo uma maior compreensão sobre a continuidade de violências e as desigualdades de gênero as quais as mulheres ainda estão sujeitas.

De acordo com o informe de 2017 do Instituto Kroc de Estudos Internacionais para Paz, o processo de paz na Colômbia avança de forma significativa, pois foram elaboradas as bases necessárias para o desenvolvimento da implementação, como as bases normativa e o abandono das armas e o cessar-fogo. No Informe Especial de 2018, o Instituto Kroc dá uma atenção ao avanço da implementação do Acordo com foco em gênero. Nele são identificados que dos 578 dispositivos, entre ações concretas, observáveis e mediáveis, 130 deles possui um enfoque de gênero. Destes 130 dispositivos com enfoque de gênero, desde a implementação do acordo até 30 de junho de 2018, 51% dos compromissos haviam sido implementados de forma mínima, 7% alcançou um nível intermediário e 4% dos dispositivos haviam sido implementados de forma completa. Os pontos que se mostram

com menos desenvolvimento compreendem a reforma rural integral, a participação política e a solução aos problemas das drogas.

Assim como o Instituto Kroc no informe publicado em 2019 pela organização GPaz⁹ também apresenta que houve um maior desenvolvimento normativo do que operacional. Grande parte deste avanço normativo advém do ativismo político das organizações de mulheres nas Mesas de Conversa sobre o enfoque de gênero do Acordo e das discussões da subcomissão de gênero. Já os avanços operativos não se deram devido a elementos estruturais, como: resistência à mudança política, a violência histórica e também a manutenção de uma ideia punitivista por parte de alguns setores sociais, de que a paz deve centrar-se simplesmente em um castigo dos vitimários. A organização apresenta que o avanço normativo foi de 70,4%, já o operacional foi de 14,68%, mas enfatiza que estas mudanças foram significativas pelo curto espaço de tempo de 2016 a 2018 (GPAZ, 2019).

O Cumbre Nacional de Mujeres y Paz¹⁰ publicou em 2018 um balanço da implementação do acordo final de paz sob a perspectiva dos direitos das mulheres, onde são apresentados os avanços da implementação do acordo. Aqui destacamos os pontos que compreendem a participação política das mulheres, voltados para a formulação de uma política pública nacional de paz, reconciliação e convivência. Neste ponto, houve avanços como a criação do Conselho Nacional de paz, Reconciliação e Convivência que busca gerar ações para romper com a discriminação contra as mulheres, sendo este conselho composto por pelo menos três mulheres senadoras e por representantes de organizações sociais. Outro avanço que destacamos é a estratégia de comunicação para a paz, que conta com a participação de 29 mulheres que buscam produzir conteúdo de uma cultura de paz para a Rádio Pública. Além disso, também são realizados encontros e os conselhos territoriais de reconciliação e convivência, que conta com a participação das mulheres vítimas do conflito.

O ponto sobre o fim do conflito e as garantias de não repetição envolvem diretamente a reincorporação das mulheres ex-combatentes. A organização apresenta que houve avanços como a criação da Agência Colombiana para a Reincorporação e

⁹ O Gpaz- Gênero en la Paz é um grupo de trabalho composto por ativista feministas, LGBT, acadêmicas, vítimas e defensoras dos Direitos Humanos voltado para implementação do enfoque de gênero na construção de paz da Colômbia. (GPAZ, 2019)

¹⁰ O Cumbre Nacional de Mujeres Y Paz é uma aliança de oito organizações e rede de mulheres que trabalham também com os direitos das mulheres e a construção de paz no país. (CUMBRE NACIONAL DE MUJERES Y PAZ, 2019)

Normalização, mas ainda não são claras quais ações foram desenvolvidas por esta agência. Além disso, foram criados um Conselho Nacional e Conselhos Territoriais de reincorporação e uma missão de monitoramento e verificação, que busca desenvolver estratégias que incluam conteúdos de prevenção a violências contra as mulheres os Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETC). A organização também apresenta medidas que devem ser tomadas de maneira mais emergencial, como o desenho de planos de atenção às mulheres vítimas de violência de gênero. Além disso, o informe apresenta a necessidade de uma maior atenção psicossocial para as mulheres ex-combatentes que estão no processo de reincorporação.

Sobre a reincorporação, o relatório da organização Internacional da Migração – OIM (2019) mostra sobre o processo de reincorporação das guerrilheiras das FARC à vida civil, trazendo algumas vozes das mulheres que participam deste processo. É apresentado que 25% das pessoas em processo de reincorporação são mulheres, cerca de 3250 mulheres, 25% delas têm entre 18 e 15 anos, 58% têm entre 26 e 40 anos e 9,9% delas estão grávidas. Nos relatos das mulheres em processo de reincorporação são destacados pontos importantes como: liderança, participação política, segurança, memória histórica, verdade, reconciliação e não repetição.

São apresentados também fatores como o empoderamento através do reconhecimento de direitos sociais econômicos sociais, e de suas capacidades e a reincorporação como oportunidade de desarticular o sistema patriarcal, como é apresentado no relato de uma ex-guerrilheira: “Devemos chegar à mente e ao coração das mulheres que tem todos esses medos, como revolucionárias devemos dizer para elas que é possível ser exemplo”. Outra diz: “Em Havana, estávamos pensando em todas as mulheres, não apenas nas Farianas” (OIM, 2019 p.2). Este desejo das ex-guerrilheiras das FARC de lutarem pelos direitos das mulheres se aproxima do caso das guerrilheiras de El Salvador que construíram um movimento feminista no país, baseados na sua experiência revolucionária (KAMPIWIRTH, 2002). Nota-se, então, como o senso de coletividade e de os anseios por justiça social tomam um direcionamento para a luta pelos direitos das mulheres.

Apesar do comprometimento com igualdade de gênero, muitas delas apresentam que o principal obstáculo da reincorporação é a falta de recursos financeiros. Além disso, elas enfrentam uma maior jornada de trabalho, que envolve o trabalho remunerado, o

trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. Uma delas diz: “Temos que ser mães, ser líderes. Para cumprir as funções nos duplicamos, precisamos que nos ajudem para tornar nossas responsabilidades mais suportáveis” (OIM, 2019, p.3). As mulheres em processo de reincorporação também demandam o reconhecimento das suas capacidades.

Assim, a organização apresenta a necessidade de criação de espaços comunitários que unam as experiências das mulheres que viveram o conflito armado, compreendendo também como elas buscam restaurar e fortalecer as coletividades. Em seus relatos observa-se como a luta e o sofrimento vivido são elementos que as levam a valorizarem as coletividades e também o reconhecimento de que suas ações e palavras possuam uma capacidade de construção de uma nova realidade. “Temos que seguir fazendo história para que as novas gerações não voltem a viver essas violências” (OIM, 2019, p.4)

Apesar dos avanços e dos desejos de mudança da realidade social, as mulheres se deparam com um cenário de violência e violação aos direitos das mulheres. O informe anual da Anistia Internacional (2017/18) indica que a violência contra mulher continua recorrente, principalmente a violência sexual. A organização enfatiza o trabalho realizado pelas mulheres para que o Acordo determinasse que indivíduos suspeitos de cometer violência sexual comparecessem a tribunais de justiça transicional e o Acordo definiu que crimes de tal natureza não estariam sujeitos a perdões ou anistias. No entanto, não houve avanço, até então, na justiça para as vítimas de violência sexual, temáticas que já haviam sido denunciadas e destacadas pelas organizações de mulheres através da Mesa de Trabalho Mulher e Conflito Armado. Giannini et.al (2018) argumentam que ainda há um grande déficit por parte das autoridades de segurança para lidarem com a violência doméstica e intrafamiliar.

No último informe da Mesa de Trabalho Mulher e Conflito Armado, publicado em 2010, já se notava uma priorização sobre a temática da violência sexual de mulheres, jovens e crianças. O informe avalia de forma positiva a vontade do Estado para escutar as organizações das mulheres e um esforço inicial para inclusão das temáticas referentes às mulheres no acordo. A mesa então propõe ao estado colombiano uma integração em tempo razoável de uma política que inclua os padrões internacionais de direitos humanos e penal, agindo de maneira específica para tratar da violência sexual, formulação de mecanismos institucionais que permita o acesso à justiça por mulheres indígenas e afrodescendentes,

vítimas de violência sexual e deslocamento forçado. A organização também faz demanda em torno do processo legal, destacando a importância da implementação da lei 1719, que adota medidas para as vítimas de violência sexual durante o conflito armado, além de assegurar as normas, mecanismos e reformas para a construção de um modelo de justiça de transição.

A SISMA, organização não governamental voltada para a questão de gênero na Colômbia, apresenta em seu informe sobre o comportamento das violências contra as mulheres em 2016, usando como base dados oficiais do governo, como Registro Único de Vítimas (RUV), Ministério da Saúde e da Proteção Social (SISPRO), Defensoria do Povo, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INML-CF). De acordo com os dados deste instituto, a violência contra as mulheres realizada pelo companheiro ou ex-companheiro aumentou em 6,8% em relação a 2015 e 2016. A cada doze minutos uma mulher colombiana é violentada pelo seu companheiro, revelando um alto grau de vulnerabilidade e risco para a vida das mulheres.

Ao mesmo tempo, o número de feminicídios segue aumentando, de 12,28% comparando 2015 com 2016, o que indica que a cada 3 dias, uma mulher é assassinada por seu companheiro. Os dados sobre violência sexual também chamam atenção, pois de acordo o número de vítimas documentadas pela Polícia Nacional (DJIN) houve um aumento de 35.93%, revelando que a cada 20,9 minutos 2018 é uma mulher é agredida sexualmente. Os dados de INML-CF também se aproximam, indicando que a cada 28,8 min uma mulher foi agredida durante 2016, sendo as meninas entre 10 e 23 anos de idade a maior parte dos casos de violência sexual. Um ponto que chama atenção é o assassinato de três mulheres trans, defensoras dos Direitos Humanos, assassinadas em 2016. A Defensoría del Pueblo manifestou uma situação de risco das defensoras dos Direitos Humanos, visto que em 2016, 96 lideranças receberam acompanhamento e quinze foram vítimas de violência sexual (SISMA, 2016).

O comitê para eliminação da discriminação contra mulher-CEDAW, em seu Informe de 2019 também trata da situação dos direitos das mulheres relacionados com a construção da paz e dos ataques contra defensores dos Direitos Humanos. Nesse sentido, é destacada mais uma vez a violência contínua contra mulheres, e que o processo de reincorporação de ex-combatentes precisa de uma perspectiva de gênero. Em relação à

educação, o informe mostra que o governo colombiano se ausenta das discussões que possam eliminar a discriminação de gênero, sem avanços a uma formação de direitos sexuais e reprodutivos.

As mulheres também enfrentam outros desafios, como a inserção na vida política. Há uma persistência de uma maioria masculina ocupando os espaços de poder, a exemplo disto está que no congresso, no qual elas representam 24% e os homens 79%. O Instituto Kroc (2018) também apresenta os desafios das mulheres para ocuparem espaços de poder e identifica avanços na participação e representação das mulheres em órgãos criados durante o Acordo, como no Grupo de Trabalho de Gênero em La Paz, em que 33% são mulheres. Nos tribunais de jurisdição especial para paz (JEP) 53% são mulheres. No entanto, o instituto destaca que há baixo nível de representatividade feminina em órgãos chaves para consolidação da paz, como a Comissão Nacional de Garantías e Seguridad e no Conselho para Reincorporación Nacional.

Por outro lado, duas ex-combatentes das FARC, Victoria Sandino e Sandra Ramirez seguem atuando enquanto lideranças políticas das FARC, agora enquanto partido político. Victória Sandino destaca que há dificuldades maiores a serem enfrentadas, diante da recente mudança no cenário político, em que foi eleito Ivan Duque, que possui posições conservadoras e contrárias ao Acordo de Paz. Ela afirma “estamos em uma situação difícil, pois muita coisa não sai do papel, mas seguimos lutando”. A sua companheira de partido político, a senadora Sandra Ramirez, apresenta que uma das suas maiores preocupações é a não implementação das metas do acordo e do risco das mulheres ex-combatentes devido ao preconceito e à falta de oportunidade (ALTMAN, 2019).

Comparando os dados do Instituto Kroc de Pesquisas para a Paz com o das organizações não governamentais. Gpaz e Cumbre de Las Mujeres sobre os avanços da implementação do Acordo de Paz, nota-se que as três organizações, apesar de partirem de métodos distintos de análise, concluem que o Acordo de Paz avançou em termos de mudanças normativas e legais, mas teve pouco avanço em termos de implantação das políticas públicas para os direitos das mulheres colombianas. Tanto essas organizações, quanto a Sisma Mujer, a CEDAW e a Anistia Internacional denunciam a violência doméstica e violência sexual como problemáticas do Estado Colombiano. Ademais, há

desafios a serem enfrentados em termos da reintegração e reincorporação das mulheres ex-combatentes e de uma maior participação feminina na esfera pública.

CONCLUSÃO

O caso colombiano nos mostra o processo duplo e contínuo do papel mulheres, que são ora vítimas da violência, ora agentes de emancipação, em busca da segurança. Nota-se que em meio um cenário de graves violações à vida das mulheres não há um silenciamento em meio à dor das perdas, em meio à violação de seus corpos, em meio à injustiça da desigualdade social e de gênero. Assim, as mulheres resistem e se emancipam quando sacrificam suas vidas em nome de uma transformação social, quando entram em um grupo guerrilheiro, quando se mobilizam pela paz, quando denunciam a impunidade e ineficácia do Estado, quando constroem mesas de negociações sobre igualdade de gênero em um país marcado pelo machismo, quando criam instrumentos para a transformação de conflitos, quando reconhecem as suas capacidades de construção de pontes para o diálogo, quando encontram nas palavras um instrumento para a mudança.

Identificamos através dos relatos das guerrilheiras das FARC como elas se orientam para uma perspectiva positiva para o futuro em comparação ao seu passado, muito embora uma profunda cicatriz lhes seja deixada pelas violências sofridas por parceiros de luta. Elas buscam através do compromisso político e do senso de coletividade apreendido durante a experiência guerrilheira a construção de projetos e demandas voltadas para a memória histórica das mulheres guerrilheiras e para os direitos das mulheres, especialmente as ex-combatentes, para o que foi acordado que seja implementado e para que as mulheres guerrilheiras não sejam estigmatizadas pela sociedade civil.

Portanto, o Acordo de Paz com enfoque de gênero é fruto de um processo de emancipação das mulheres, que fazem da dor instrumento de força para construção da paz. No entanto, elas ainda vivenciam os efeitos de uma sociedade machista e mergulhada na violência estrutural, visto que a atuação do poder público na implementação do Acordo de Paz ainda é insuficiente para a superação das desigualdades de gênero e são altos os índices de violência sexual e violência doméstica.

Destacamos que resultados positivos foram alcançados neste processo, como uma a criação de uma subcomissão de gênero do Acordo de Paz, projetos locais que têm sido desenvolvidos por organizações não governamentais, como a Rota Pacífica das Mulheres. Além disso, as mulheres alcançaram participação nas mesas de negociação, pressionando o poder público para um avanço normativo e de implementação das medidas propostas no Acordo de Paz. Nota-se então que elas caminham para emancipação, no sentido definido por Booth (1991), como a busca pela a segurança e igualdade. E ainda que os efeitos não sejam gozados por aquela geração, a produção de memória e a transferência de sua experiência como ex-combatentes e ativistas para a paz está escrevendo uma nova história em que as mulheres podem ser vistas como futuras protagonistas no processo de paz de um país conhecido por seu irresolúvel conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELL, Borja. **De 310 páginas a una paz transformadora el reto de la paz territorial em Colombia.** Challenges in colombia's changing security landscape. Lasa Forum. 49.3, p. 80- 85, 2018.

ALTMAN, BRENO. **Senadoras das FARC: Do Fuzil à tribuna.** Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/colombia-3-anos-do-acordo-de-paz/60834/senadoras-das-farc-do-fuzil-a-tribuna>. Acesso em: 19 fev, 2020.

AZKU, Irantzu Mendiá. **Aporte sobre el activismo de las mujeres por la paz.** Cuadernos de Trabajo, Lan koadernoak, working papers, p.1-24, 2009.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017-2018.** O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, 2018.

ARIÑO, Maria. **La participación de las mujeres en los procesos de paz las otras mesas.** Institut Català Internacional per la Pau, Barcelona, Maio, 2010.

AUSSEL, Chritiane; ECHAVARRÍA, Gracilliana; PEREZ, Isabel. **Haciendo Memoria y Dejando Rastros: Encuentros com Mujeres Excombatientes del Nororiente de Colombia.** Fundación Mujer y Futuro, v1, Colômbia, 2004.

BOUTA, Tsjeard; FRERKS. **Women's role in conflict prevention, conflict resolution and post-conflict reconstruction.** Netherlands Institute of International Relation, Haia, 2002.

BOOTH, Ken. **Theory of World Security.** Cambridge: Editora Cambridge University Press, p.95-110, 2007.

_____. **Security and Emancipation.** Review of International Studies. Cambridge: Editora Cambridge University Press. v. 17, n. 4. Out. 1991.

BOUVIER, Virginia. **Gender and the Role of Women in Colombia's Peace Process.** Nova York: ONU Mulheres, 2016.

BOHÓRQUEZ, Rosa. **Mujeres Farianas: Ordem Institucional y Relaciones de Género (1998-2016).** Tese (Mestrado em Estudos Políticos). Universidade Nacional de Colômbia, Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais, Bogotá, 2018.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BROWN, Chris. **Cosmolitanism, Emancipation and Critical Security Studies**. Londres, Occasional Paper, Set. 2010.

COLÔMBIA. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una paz estable duradera**. Bogotá, nov 2016.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER – CEDAW. **Informe del Grupo de monitoreo para la implementación de la cedaw en Colombia**, Bogotá, 2019.

SISMA MUJER. **La erradicación de las violências contra las mujeres: uma tarefa inaplazable em la construcción de la paz**. Informe especial, Boletim, n 13. Bogotá, 2017.

COCKBURN, Cynthia. **Gender, Armed Conflict and Political Violence**. In: The World Bank, Washington DC, 1999.

COSTA, Grazielle. **Entre “guerreiros justos” e “almas belas”- proteção, poder e resistência política nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DÍAZ, Omar Huertas; HERRERA, Angie Lorena; HERNANDEZ, Nancy Judith. **De Mujer Combatiente a Mujer Constructora de Paz**. Inclusión De La Voz Femenina En El Escenario Del Posacuerdo. Revista Ratio Juris Vol. 12 N.º 25 , p. 43-68, 2017.

ENLOE, Cynthia. **Globalization And Militarism: Feminists Make the Link**. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

ESPEJO, Vanegas Jennyfer. **¿A mucho honor guerrillera!?: Um análisis sobre la vida de las mujeres guerrilleras en Colombia**. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Escuela de Estudios de Género Bogotá, Colombia , Abril, 2017.

FARC-EP. **Quiénes somos y por qué luchamos**. Disponível em: <http://www.farcep.co/nosotros.html>. Acesso em: 22 maio, 2019.

FERNANDES, Vivian; CHAGAS, Rodrigo. **Senadora colombiana fala sobre o novo desafio das FARC, agora como partido político**, 2019. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/58589/senadora-colombiana-fala-sobre-novo-desafio-das-farc-afora-como-partido-politico>. Acesso em: 22 maio, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos Estudos para a Paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyola (orgs.), **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão, UFS, 2019.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969.

_____. **Twenty-Five years of peace research: ten challenges and some responses.** Journal of Peace Research, v. 22, n. 2, p. 141- 158, 1985.

GONZÁLEZ, Johanna; MALDONADO, Rócio. **Mujeres “Guerrilleras”:** La Participación de las Mujeres en las FARC y el PCP-Sedeno Luminoso, los casos de Colombia y Perú. Groupe de Recherche Identités et Cultures (GRIC), Université Le Havre Normandie, Le Havre, 2016.

GONZÁLEZ, Nina; OSÓRIO, Margarita. **Negociando desde los márgenes:** La participación política de las mujeres en los procesos de paz en Colombia (1982-2016). Bogotá: Editora Dejusticia, 2016.

GONZÁLEZ, Olga. **La otra Subversión: la emergencia de “género” en el proceso de paz.** Tráns Números especiales n.1 Conflictos y procesos de paz: el caso de Colombia, Universidad París Diderot, París 2017.

GOMES, Aureo. **A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois.** Carta Inter, v. 12, n. 1, Belo Horizonte, 2017.

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. **Colômbia: a memória em meio à guerra.** Tempo soc, v. 25, n.2, 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH. **You’ll Learn Not to Cry:** Child Combatants in Colombia, 2003.

HERRERA, Natalia; PORCH, Douglas. **Like Going to a Fiesta:** The Role of Female Fighters in Colombia’s FARC-EP. Small Wars & Insurgencies, v. 19, n. 4, dec, 2008.

INICIATIVA DE LAS MUJERES POR LA PAZ. Documento Público No. 9 **La Experiencia de Acceso a la Justicia de las Mujeres del Corregimiento de Libertad.** La Importancia de Caminar Acompañadas, Bogotá, 2018.

KAMPWIRTH, Karen. **Women and Guerrilla Movements: Nicaragua, El Salvador, Chiapas, Cuba.** Penn State University Press, Pennsylvania 2003.

KRAUSE, Jana; KRAUSE, Werner; BRÄNFORS, Piia. Women’s Participation in Peace Negotiations and the Durability of Peace, International Interactions, p 985-1016, 2018.

KRAUSE, Keith. **Critical Theory and Security Studies,** YCISS Occasional Paper, n.33, Londres, Feb, 1996.

KROC INSTITUTE. **Informe sobre el estado efectivo de implementación del acuerdo de paz en Colombia.** Instituto Krok de Estudios Internacionales de Paz, Universidad de Notre Dame, nov, 2017.

Informe Especial del Instituto Kroc y el acompañamiento internacional, ONU Mujeres, FIDM y Suecia, al seguimiento del enfoque de género en la implementación del Acuerdo Final. Bogotá, 2018

KRYSTALLI, Roxanne. **The Colombian peace agreement has a big emphasis on the lives of woman**, 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/08/19/the-colombian-peace-agreement-gives-gender-issues-a-central-role-heres-why-this-is-so-important/?noredirect=on>. Acesso em: 17 maio, 2019.

LAS MUJERES DE LAS FARC. Direção: Priscila Farfan; Maurício Acosta. Produção: Karla Gutiérrez. Youtube. 17 dez, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11voWVq45LQ>. Acesso em: 18 nov, 2019.

LUNDIM, Iraê. Reconciliação e Justiça: Uma Reflexão Teórico Conceitual com Base no Caso de Moçambique. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyola (orgs.), **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão, UFS, 2019.

MAGALLÓN, Carmen. **Las mujeres como sujeto colectivo de construcción de paz**, 2004. Disponível em: http://seipaz.org/articulo/cm_musujcol.htm#6. Aceso em: 18 dez, 2018.

MESA DE TRABAJO MUJER Y CONFLICTO ARMADO. **XII Informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres jóvenes y niñas en Colombia**, Violencia sexual en el marco del conflicto armado: una mirada diferencial, Bogotá, 2014.

MINILLO, Xaman .et al. Mulheres Guerreiras: **Questões de Gênero na Participação Feminina nas FARC e sua Influência nas Negociações de Paz na Colômbia**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.6. n.11, jan./jun, 2017.

MOURA, Tatiana. **Mulheres e Construção da Paz**. Recensão, Relações Internacionais, junho, 2005.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita. **Transformar o luto em luta: sobreviventes da violência armada**. Oficina do Ces, n.307, 2008.

NUNCA INSIVIBLES: MUJERES FARIANAS, ADIÓS A LA GUERRA. Produção: Farianas, Nunca Invisbles. Youtube. 10 dez, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4O19fFVIWYs>. Acesso em: 20 fev, 2019.

OBREGÓN, Maria. **Mujeres en armas: ¿avance ciudadano o subyugación femenina?** Análisis Político, n.54, p. 63-80, mai./ago. 2005.

OBSERVATORIO DE PAZ Y CONFLICTO . **Mujeres, conflicto armado y construcción de paz.** Universidad Nacional de Colombia. Colaboran: USAID y Organización Internacional para las Migraciones-OIM, 2015.

_____. **Retos de las Mujeres combatientes en el fin de Conflicto.** Universidad Nacional de Colombia. Colaboran: USAID y Organización Internacional para las Migraciones-OIM, 2016.

ONU MUJERES. **Las Mujeres en Colombia.** Disponible en: <http://colombia.unwomen.org/es/onu-mujeres-en-colombia/las-mujeres-en-colombia> Acceso en: 9 dez. 2018.

O'NEILL, Jacqueline. **Are Women the Key to Peace in Colombia?** 2015. Disponible en: <http://foreignpolicy.com/2015/04/20/are-women-the-key-to-peace-in-colombia-farc-talks/>. Acceso en: 18 de dezembro de 2018.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Mujeres en Proceso de Reincorporación:** Narrativas Desde el Territorio, Colombia, 2019. Disponible: <https://colombia.iom.int/news/mujeres-en-proceso-de-reincorporaci%C3%B3n-narrativas-desde-el-territorio>. Acceso en: 10 jan, 2020.

PULIDO, July. **Mujeres y paz: un análisis de las acciones de la Ruta Pacífica de las Mujeres a favor de la construcción de paz en Colombia período 1996-2016.** Universidade de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, Programa de Ciência Política e Governo, Bogotá, 2018.

ROJAS, Maria Cristina. **Las “almas belas” y los “guerreiros justos”.** Revista Javeriana, Número 635, Tomo 128, Junho, 1997.

RUEDA, Sebastian. **No dejamos el fusil para dedicarnos al hogar:** mujeres excombatientes, El Espectador. Disponible en: <https://www.elespectador.com/colombia2020/territorio/no-dejamos-el-fusil-para-dedicarnos-al-hogar-mujeres-excombatientes-articulo-857709>. Acceso en: 18 mar. 2019.

RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. Agenda de las mujeres de la Ruta Pacífica para la negociación política del conflicto colombiano. **¿Si ahora no, cuando?** Bogotá, 2013. _____ Boletín nº1. Editorial: **Bojayá, huellas de guerra,** Bogotá, 2002.

_____. **¿ Quiénes Somos?.** Disponible en: <https://rutapacifica.org.co/wp/quienes-somos/> Acceso en: 20 dez. 2018.

_____. **La Comisión de Verdad y Memoria de Las Mujeres Colombianas,** 2018.

_____. **Memoria para la vida: una comisión de la verdad desde las mujeres para Colombia**, 2013.

_____. **Mujeres de Negro**. Disponível em: <https://rutapacifica.org.co/wp/mujeres-de-negro/>. Acesso em: 10 de fevereiro 2020.

SÁNCHEZ, Blake. **La Ruta Pacífica de las Mujeres: repertorios simbólicos en la búsqueda de paz y reconciliación en Colombia**. Revista Colombiana de Educación, p. 301-319, 2016.

SANCHEZ, Sergio. **Female Fighters and the FARC: Misguided Fight for Emancipation**, POLS 641 – International Relations, 2012.

Scott, Joan. **El género: Una categoría útil para el análisis histórico**. En M. Lamas, El género: la construcción cultural de la diferencia sexual, p. 265-302, PUEG, México, 1996.

SECURITY COUNCIL. United Nations. **Wherever there is conflict, women must be part of the solution**. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2012/sc10840.doc.htm>. Acesso em: 22 maio. 2019.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

THE CALIFORNIA SUNDAY MAGAZINE. **The Woman Fighting The Colombian Government Tell Their Stories**. Disponível em: <https://story.californiasunday.com/farc-women-colombian-rebel-soldiers>. Acesso em: 19 jan, 2020.

UPRIMNYU, Rodrigo. **¿Justicia transicional sin transición y sin verdad?** Consensos y disensos en torno al proyecto de ley de verdad, justicia y reparación, Dejusticia, Bogotá, 2005.

UPRIMNYU, Rodrigo; SAFFON, Maria. **Uses and Abuses of Transitional Justice in Colombia**, Law in Peace Negotiations, Oslo, 2009.

VARGAS, Jakeline; PIÉREZ, Ángela. **Enfoque de Género em los Acuerdos de Paz entre el Gobierno de Colombia e la Guerrilla de las FARC-EP**, Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades 2018.

WHITWORTH, Sandra. **Perspectives Feminist. Security Studies: an introduction**, Nova York: Editora Routledge, 2008.